

Sandra Regina Velasques Pereira

**O NÚCLEO DE ESTUDOS AÇORIANOS:
UM OLHAR SOBRE A EXTENSÃO NA UNIVERSIDADE
FEDERAL DE SANTA CATARINA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração Universitária da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Administração Universitária.

Orientadora: Prof^a. Carla Cristina Dutra Búrigo, Dr^a.

Florianópolis
2015

P436n Pereira, Sandra Regina Velasques
O Núcleo de Estudos Açorianos: um olhar sobre a extensão na
Universidade Federal de Santa Catarina / Sandra Regina Velasques Pereira;
orientadora, Carla Cristina Dutra Búrigo. - Florianópolis, SC, 2015.
105 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro
Socioeconômico. Programa de Pós-Graduação – Mestrado Profissional em
Administração Universitária.

Inclui referências

1. Extensão. 2. Cultura. 3. Gestão Universitária. 4. UFSC. I. Búrigo,
Carla Cristina Dutra. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa
de Pós-Graduação em Administração Universitária. III. Título.

CDU 35

Sandra Regina Velasques Pereira

**O NÚCLEO DE ESTUDOS AÇORIANOS:
UM OLHAR SOBRE A EXTENSÃO NA UNIVERSIDADE
FEDERAL DE SANTA CATARINA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração Universitária da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Administração Universitária.

Florianópolis, 29 de setembro de 2015.

Prof. Pedro Antônio de Melo, Dr.
Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Administração
Universitária

Banca Examinadora:

Prof^a. Carla Cristina Dutra Búrigo, Dr^a.
Orientadora
Universidade Federal de Santa Catarina – Brasil

Prof^a. Alessandra de Linhares Jacobsen, Dr^a.
Universidade Federal de Santa Catarina – Brasil

Prof. Mário de Souza Almeida, Dr.
Universidade Federal de Santa Catarina – Brasil

Prof. João Carlos Souza, Dr.
Universidade Federal de Santa Catarina – Brasil

Aos meus pais, Gilda (in memoriam) e Gabriel. Certamente minha existência não teria o mesmo brilho distante da luz dos seus olhos.

Ao meus filhos, Mariana e Fernando, pelo apoio na materialização deste sonho.

AGRADECIMENTOS

Aos meus queridos e amados pais, Gilda (*in memoriam*) e Gabriel. Obrigada pelo amor, pela dedicação, por tudo o que fizeram e ainda fazem por mim. Divido com muito carinho e gratidão esta conquista com vocês.

Aos grandes amores da minha vida, Mariana e Fernando. Obrigada pela presença de vocês, todos os dias, me fortalecendo com amor, paciência, incentivo e compreensão. Vocês são maravilhosos!

A minha irmã, Maria de Graça (*in memoriam*), por seu amor fraternal e seu apoio incondicional.

Aos colegas de trabalho da Secretaria de Cultura da Universidade Federal de Santa Catarina, pela compreensão e colaboração ao longo da minha trajetória no Programa de Pós-Graduação em Administração Universitária.

Às minhas queridas amigas e parceiras Rosemar da Silva e Ana Lúcia Moraes, pela sua amizade, profissionalismo e apoio que foram fundamentais no trilhar desta minha caminhada.

À Prof^a. Dr^a. Carla Cristina Dutra Búrigo, minha orientadora, pelas palavras e ensinamentos que se fizeram luzes a iluminar a construção deste Estudo.

Ao Prof^o. Dr. Pedro Antonio de Mello, Coordenador e professor do Curso de Mestrado em Administração Universitária. Agradeço a atenção, o apoio e os ensinamentos.

Aos queridos companheiros de orientação desta Dissertação, pelas experiências de vida e de estudo compartilhadas com alegria.

Aos demais colegas do Programa de Pós-Graduação em Administração Universitária, por todos os momentos vivenciados com descontração e otimismo.

À toda a equipe de profissionais do Programa de Pós-Graduação em Administração Universitária, pelo amparo no desenvolvimento e conclusão de cada atividade deste Programa.

A todos os sujeitos que, gentilmente, concordaram em colaborar com o desenvolvimento desta Pesquisa, disponibilizando parte de seu tempo na realização das entrevistas.

À todas as pessoas que, à sua maneira, contribuíram positivamente para a concretização deste Estudo.

À Banca Examinadora, pela disponibilidade de avaliar e contribuir para a melhoria do nível de qualidade deste Estudo.

Procuro semear otimismo e plantar sementes de paz e justiça. Digo o que penso, com esperança. Penso no que faço, com fé. Faço o que devo fazer, com amor. Eu me esforço para ser cada dia melhor, pois bondade também se aprende. Mesmo quando tudo parece desabar, cabe a mim decidir entre rir ou chorar, ir ou ficar, desistir ou lutar; porque descobri, no caminho incerto da vida, que o mais importante é o decidir.

(Cora Coralina).

RESUMO

A presente pesquisa tem como objetivo compreender, na visão dos gestores, sobre as ações do Núcleo de Estudos Açorianos (NEA) no processo de desenvolvimento da atividade de extensão da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Esta pesquisa caracteriza-se por um estudo de caso, de natureza qualitativa, tendo como fonte de informações as entrevistas semiestruturadas com os gestores dos últimos dez anos envolvidos no processo de desenvolvimento da atividade de cultura e extensão da UFSC. Os gestores entrevistados afirmaram que reconhecem a importância da atuação do NEA para a valorização, preservação e difusão da Cultura Açoriana em Santa Catarina potencializando o papel social da Universidade, porém eles apontam que a sua visibilidade na UFSC é muito pequena. Para os gestores, a Extensão Universitária é compreendida como uma prática de gestão, integrando as atividades de ensino e pesquisa. Está ligada à própria função da Universidade como instituição social, tendo um compromisso efetivo com a sociedade. Os entrevistados demonstram conhecimento sobre a atual Política de Cultura Brasileira e acreditam que, atualmente, se vive no Brasil um novo paradigma, com políticas culturais mais duradouras, voltada ao modelo de gestão compartilhada. Quanto à Política Institucional de Extensão, bem como à Política Institucional de Cultura, os resultados da pesquisa apontam uma fragilidade da sua constituição. O Estudo evidencia uma contradição a ser superada, ou seja, o NEA, ao mesmo tempo que é situado como uma prática de gestão, esta prática é negada pela carência de uma Política Institucional de Cultura e Extensão. Neste contexto, o NEA, como atividade de extensão, fica a mercê do desejo da prática de gestão, desarticulado de um querer institucional, de uma política institucional.

Palavras-chave: Extensão. Cultura. Gestão Universitária.

ABSTRACT

This research aims to understand the vision of managers about the actions of the Azorean Studies Research Center (NEA) in the development process of extension activity at the Federal University of Santa Catarina (UFSC). This research is characterized by a case study of a qualitative nature, and as a source of information the semi-structured interviews with the managers of the past decade involved in the development process of culture and extent activity at UFSC. The managers interviewed said they recognize the importance of NEA's actions for the recovery, preservation and dissemination of Azorean culture in Santa Catarina enhancing the social role of the university, but they point out that its visibility at UFSC is very small. To the managers, University Extension is understood as a practice of management, integrating the teaching and research activities. It is linked to the University's own function as a social institution, having a strong commitment to society. Those interviewed demonstrate knowledge about the current Brazilian Culture Policy and believe that we currently live in Brazil a new paradigm, with more lasting cultural policies, aimed at the shared management model. As for the Institutional Extension Policy and Institutional Culture Policy, the survey results point to a weakness in its constitution. The study highlights a contradiction to be overcome, ie the NEA, while it is situated as a management practice, this practice is negated by the lack of an Institutional Culture and Extension Policy. In this context, the NEA, as an extension activity, is in the hands of the desire of management practice, dismantled of an institutional will, an institutional policy.

Keywords: Extension. Culture. University management.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 - Caminho Teórico Percorrido	23
--	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 - Demonstrativo das atividades/ ações realizadas pelo Núcleo de Estudos Açorianos da UFSC.....	30
Quadro 02 - Potenciais participantes das entrevistas	63
Quadro 03 - Amostra da pesquisa	63
Quadro 04 - Categorias e Conteúdos Básicos	65
Quadro 05 - Caracterização dos Entrevistados.....	67

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AÇOR - Festa da Cultura Açoriana
BU - Biblioteca Universitária
CBEU - Congresso Brasileiro de Extensão Universitária
CCA - Centro de Ciências Agrárias
CCB - Centro de Ciências Biológicas
CCE - Centro de Comunicação e Expressão
CCJ - Centro de Ciências Jurídicas
CCS - Centro de Ciências da Saúde
CDS - Centro de Desportos
CED - Centro de Ciências da Educação
CFH - Centro de Filosofia e Ciências Humanas
CFM - Centro de Ciências Físicas e Matemáticas
CSE - Centro Socioeconômico
CTC - Centro Tecnológico
DAC - Departamento Artístico Cultural
DAEx - Departamento de Apoio a Extensão
FORPROEX - Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades
Públicas Brasileiras
IPES - Instituições Públicas de Ensino Superior
MEC - Ministério da Educação
NEA - Núcleo de Estudos Açorianos
NETI - Núcleo de Estudos da Terceira Idade
PNC - Plano Nacional de Cultura
PPGAU - Programa de Pós-Graduação em Administração Universitária
PRCE - Pró-Reitoria de Cultura e Extensão
PROBOLSAS - Programa de Bolsas de Extensão
PROCULTURA - Programa de apoio às ações de Cultura
PROEX - Pró-Reitoria de Extensão
PROEXT - Programa de Fomento a Extensão Universitária
PROEXTENSÃO - Programa de Apoio a Projetos de Extensão
PRPE - Pró-Reitoria de Pesquisa e Extensão
RENEX - Rede Nacional de Extensão
REUNI - Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão
das Universidades Federais
SeCArte - Secretaria de Cultura e Arte
SeCult - Secretaria de Cultura
SEPEX - Semana de Ensino, Pesquisa e Extensão
SESu - Secretaria de Ensino Superior

SEURS - Seminário de Extensão Universitária da Região Sul

SIEX - Sistema Nacional de Informações de Extensão

SNC - Sistema Nacional de Cultura

TAE - Técnico Administrativo em Educação

TCC - Trabalho de Conclusão de Curso

UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	21
1 O NÚCLEO DE ESTUDOS AÇORIANOS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA	25
1.1 NÚCLEO DE ESTUDOS AÇORIANOS: UM OLHAR HISTÓRICO	25
1.2 A UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA	36
2 POLÍTICA INSTITUCIONAL DE EXTENSÃO	41
2.1 GESTÃO UNIVERSITÁRIA	41
2.2 A POLÍTICA DE EXTENSÃO DA UFSC.....	43
2.3 A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA	47
3 POLÍTICA PÚBLICA DE CULTURA	53
3.1 POLÍTICA INSTITUCIONAL DE CULTURA	58
4 CAMINHO METODOLÓGICO	61
4.1 TIPO E NATUREZA DO ESTUDO.....	61
4.2 POPULAÇÃO E AMOSTRA	62
4.3 COLETA E ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES	64
5 A ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES COLETADAS	67
5.1 CARACTERIZAÇÃO DOS ENTREVISTADOS	67
5.2 ESTUDO DOS RELATOS DOS ENTREVISTADOS	68
CONSIDERAÇÕES FINAIS	79
REFERÊNCIAS.....	83
APÊNDICES	89
APÊNDICE A – Organograma do NEA	91
APÊNDICE B – Instrumento de Coleta de Informações.....	93
ANEXOS.....	95
ANEXO A – Área de atuação do NEA	97
ANEXO B – Sede do NEA.....	99
ANEXO C – Troféu Açorianidade.....	101
ANEXO D – Projeto Saber Fazer	103
ANEXO E – Atividades desenvolvidas no AÇOR/NEA	105

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O presente estudo nasceu a partir do desejo de realizar um trabalho tendo como foco o Núcleo de Estudos Açorianos (NEA), pois iniciei minhas atividades profissionais na UFSC em 1999, e, desde então, venho acompanhando, ora como servidora, ora como gestora, as atividades e os projetos desenvolvidos pelo referido Núcleo. Este é um Projeto de Extensão da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), criado em 5 de abril de 1984, quando a Universidade dos Açores e a UFSC, firmaram um Convênio de Cooperação e Intercâmbio visando o aprimoramento do ensino, da pesquisa e da extensão tendo como objetivo valorizar, preservar e divulgar a herança cultural trazida pelos imigrantes açorianos que chegaram em meados do Século XVIII em Santa Catarina (UFSC, 1984).

Durante minha trajetória profissional nestes últimos anos, pude observar que o NEA é objeto de poucas investigações¹, como uma atividade de extensão² da Universidade e de potencialização do desenvolvimento desta como uma instituição social³.

De acordo com o Fórum de Pró- Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX), a extensão visa interligar a universidade em suas atividades de ensino e pesquisa com as demandas da sociedade, fazendo com que a universidade cumpra o seu compromisso enquanto instituição social. Dessa forma, os projetos extensionistas desenvolvidos pela universidade devem ser uma resposta permanente aos anseios da sociedade garantindo os valores democráticos, de igualdade e de desenvolvimento social (FORPROEX, 2001).

¹ Diante de pesquisa realizada junto ao catálogo, *Pergamun* da BU/USFC, não foi encontrado nenhum material em nível de mestrado e doutorado sobre o NEA (UFSC, 2014j).

² “A extensão universitária é um processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre a Universidade e a Sociedade” (FORPROEX, 2001, p.05).

³ “A Instituição social aspira à universalidade. A organização sabe que a eficácia e seu sucesso dependem de sua particularidade. Isso significa que a instituição tem a sociedade como seu princípio e sua referência normativa revalorativa, enquanto a organização tem apenas a si mesma como referência, num processo de competição com outras que fixaram os mesmos objetivos particulares” (CHAUI, 2003, p.06).

Nesse contexto, diante do processo de envolvimento com os projetos do NEA, pude constatar que as ações desenvolvidas por eles mostram que as descobertas das raízes culturais podem quiçá transformar a realidade social e econômica das comunidades envolvidas, fortalecendo as razões para a minha escolha do tema investigado.

As metas do Plano Nacional de Cultura (PNC), aprovadas em dezembro de 2011 (BRASIL, 2012), afirmam que o Brasil tem obrigação de criar políticas e leis que protejam e promovam todas as expressões culturais, entre elas as populares e tradicionais, como também trazer os conhecimentos e expressões culturais populares para dentro do contexto educacional.

A cultura tem demonstrado ser um dos fatores que facilitam a interação entre os diferentes grupos ou segmentos da sociedade. A preservação da história e da identidade social reforça que a cultura é um valioso elemento para a inclusão social (LEAL, 2007).

Todavia, com vistas ao cumprimento da UFSC, as atuais metas do PNC, pude também constatar, durante esses anos da minha trajetória profissional, a necessidade do conhecimento e entendimento por parte dos gestores universitários a respeito das atividades desenvolvidas pelo NEA, bem como das possíveis dificuldades encontradas para a sua atuação, possibilitando, assim, diretrizes para as políticas institucionais imprescindíveis para que este Núcleo possa atingir os objetivos a que se propõe.

Assim, é por esta via que desenvolvi este meu estudo, ou seja, realizar uma pesquisa que possa contribuir para reflexão quanto ao alcance dos objetivos dos projetos desenvolvidos pelo NEA com vistas a valorização e fortalecimento da cultura açoriana na comunidade catarinense. Mas ao mesmo tempo, como este Projeto está vinculado a linha de pesquisa Universidade e Sociedade do Programa de Pós-Graduação em Administração Universitária (PPGAU), almejo também que este estudo possa vir auxiliar os gestores da UFSC a obter elementos para subsidiar os encaminhamentos necessários para a manutenção e fortalecimento do NEA como um Projeto de Extensão da UFSC que se potencializa em uma possibilidade de manifestação do papel social da Universidade.

Diante disso, propus como indagação da presente Pesquisa: Como se manifesta, na visão dos gestores, as ações do NEA no processo de desenvolvimento da atividade de extensão da UFSC?

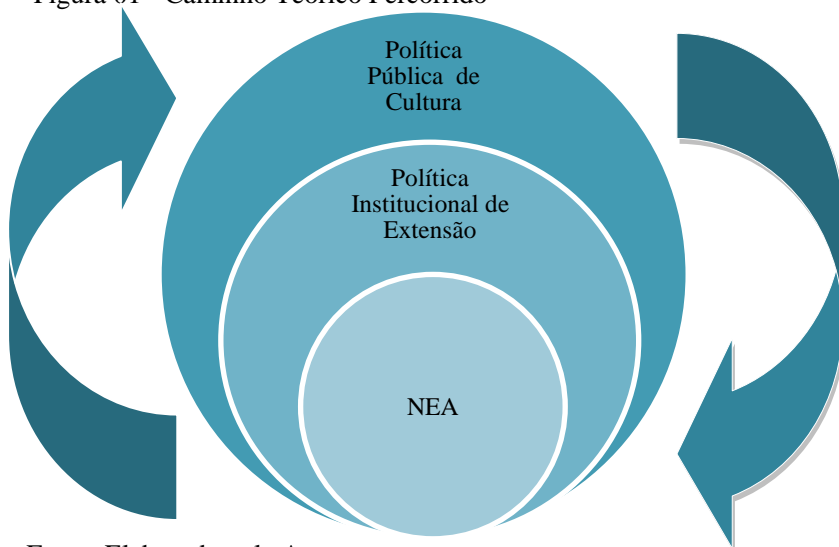
A partir deste contexto, defini como objetivo geral: Compreender na visão dos gestores sobre as ações do NEA no processo de desenvolvimento da atividade de extensão da UFSC.

Com isso, tenho como objetivos específicos:

- a) Conhecer o processo histórico de desenvolvimento das ações do NEA;
- b) Analisar as políticas de extensão da UFSC de apoio ao desenvolvimento das ações do NEA;
- c) Conhecer a política pública de cultura; e,
- d) Propor possíveis ações para a manutenção e fortalecimento do NEA como uma atividade de extensão na UFSC.

No desenvolvimento deste trabalho, para atingir os objetivos inicialmente propostos, tracei um caminho teórico, pelo qual inicio no que considero mais próximo da minha realidade, o Núcleo de Estudos Açorianos que faz parte da estrutura da Universidade Federal de Santa Catarina. Investigo a seguir sobre a política institucional de extensão da UFSC, bem como a política pública nacional de cultura para, finalmente, voltar ao meu ponto de partida, o NEA, buscando desvelar respostas a questão que deu inicio a este meu Estudo (Vide Figura 01 – Caminho Teórico Percorrido).

Figura 01 - Caminho Teórico Percorrido



Fonte: Elaborado pela Autora.

Desenvolvi a presente Pesquisa, estruturando-a nos seguintes capítulos:

Capítulo 01 – O Núcleo de Estudos Açorianos da Universidade Federal de Santa Catarina, parti da minha realidade concreta que é o NEA, fazendo um breve histórico da sua criação, sua estrutura física e institucional, o público que atende bem como os projetos desenvolvidos por ele. Ao final, apresentei a UFSC onde o NEA está inserido potencializando o seu papel como uma atividade de extensão.

Capítulo 02 – Política Institucional de Extensão, neste capítulo, contextualizo uma concepção de gestão universitária, bem como apresento a Política Institucional de Extensão, buscando compreender de que forma a referida política institucional reflete as diretrizes das políticas que permeiam a concepção da extensão universitária.

Capítulo 03 – Política Pública de Cultura, considerei importante depois da reflexão apresentada sobre a Política Institucional de Extensão, apresentar um olhar sobre a Política Pública Nacional de Cultura com vistas a compreender a atuação do Núcleo de Estudos Açorianos, um projeto de extensão, que têm a cultura como sua essência.

Capítulo 04 – Caminho Metodológico, apresento o caminho metodológico percorrido, identificando o tipo e natureza da pesquisa, os instrumentos de coleta de informações, bem como o processo de análise das informações coletadas.

A caracterização dos gestores entrevistados e a apresentação de suas concepções acerca do desenvolvimento das ações do Núcleo de Estudos Açorianos, mediante o processo de desenvolvimento da atividade de extensão da UFSC, foram apresentadas no Capítulo 05 – A Análise das Informações Coletadas. Neste capítulo, analisei as informações coletadas à luz do referencial teórico pesquisado para o desenvolvimento deste Estudo, buscando relacionar as categorias de análise previamente estabelecidas para esta investigação com os depoimentos dos entrevistados.

Por fim, nas Considerações Finais, resgato o objetivo inicialmente proposto neste Estudo, e apresento considerações, bem como sugestões, com vistas a potencializar a manutenção e o fortalecimento do NEA como uma atividade de extensão na UFSC.

1 O NÚCLEO DE ESTUDOS AÇORIANOS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

Para dar início a este Estudo, parto do que considero mais próximo da minha realidade concreta, o Núcleo de Estudos Açorianos e, a seguir, apresento a Universidade Federal de Santa Catarina onde o Núcleo em comento, está inserido.

1.1 NÚCLEO DE ESTUDOS AÇORIANOS: UM OLHAR HISTÓRICO

A Universidade dos Açores (Portugal) e a Universidade Federal de Santa Catarina (Brasil), em 5 de abril de 1984, firmaram um Convênio de Cooperação e Intercâmbio (UFSC, 1984), no qual as referidas instituições de ensino superior se comprometem a realizar o intercâmbio de atividades visando o aprimoramento do ensino, da pesquisa e da extensão. Com o referido convênio, naquele mesmo ano, foi criado o Núcleo de Estudos Açorianos da UFSC, um projeto de extensão que tem como objetivo valorizar, preservar e divulgar a herança cultural trazida pelos imigrantes açorianos em Santa Catarina.

A Constituição Federal do Brasil (BRASIL, 1988, Art. 216), introduziu na sociedade uma ampla concepção de patrimônio cultural,

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira.

A partir daí, a base de concepção normativa estabelecida com a promulgação da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988) na seção da Cultura, permitiu que se estabelecesse uma possibilidade legal concreta de proteção ao patrimônio e fomento às manifestações culturais. O referido patrimônio inclui os bens portadores de referência à identidade, aos comportamentos e atitudes, bem como à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira. Cabe salientar, que esses grupos, não são somente os grupos básicos da formação da sociedade brasileira como os portugueses, africanos ou indígenas, mas também, se refere aos imigrantes que trouxeram relevantes contribuições à Cultura Nacional (RUBIM, 2008).

A Ilha de Santa Catarina reúne mais de dois séculos de história e cultura com raízes açorianas. O litoral do Estado de Santa Catarina, a partir das suas características históricas e geográficas, possibilitou o desenvolvimento de uma cultura tradicional, cuja base demográfica é originária do Arquipélago dos Açores-Portugal (FARIAS, 1998).

Desde a chegada dos primeiros grupos de açorianos ao Brasil Meridional, a partir de 1748, que vieram colonizar as terras da Província de Santa Catarina, e terras de São Pedro do Rio Grande, houve adaptações e transformações em seu modo de viver e de ser desses povos. Contudo ações foram e estão sendo realizadas para que se possa revitalizar elementos da cultura açoriana em manifestações folclóricas, danças, literatura popular, religiosidade, produção artesanal e até mesmo na gastronomia. Estudos etnográficos auxiliam a conhecer as pessoas e cada realidade cultural, para que façam sentido as suas práticas, costumes, concepções e as transformações pelas quais estas passam (FARIAS, 1998).

Historicamente, nas últimas décadas do Século XX, com o processo acelerado de transformações dos padrões sócio-culturais das comunidades do litoral de Santa Catarina, houve um distanciamento da população com relação a sua cultura e das suas raízes. Segundo Farias (1998, p. 304),

Pressionados nos últimos trinta anos por hábitos culturais introduzidos pelos turistas (gaúchos, paulistas, platinos) e pela mídia, desorganizou-se culturalmente esta população, criando um perigoso vazio cultural, notadamente no campo das manifestações folclóricas.

Assim, segundo Leal (2007), em 1984 fazendo parte da retomada do movimento açorianista, um movimento de redescoberta das raízes açorianas em Santa Catarina, acontece a 1º Semana de Estudos Açorianos, que tem como sede a USFC. Com o referido Evento surge a oportunidade de se firmar a relação com os Açores/ Portugal por meio da Universidade dos Açores.

De acordo com Farias (1998, p. 304),

A Universidade Federal de Santa Catarina, através do Núcleo de Estudos Açorianos, à frente deste processo de retomada cultural, tem conseguido mobilizar o litoral catarinense em torno de seus valores. O orgulho, reprimido pela simplicidade

do povo, revelou-se altivo, ao sentir ameaçados os valores culturais “do saber se e do saber fazer de base açoriana”.

Inicialmente, o NEA foi criado apenas como referência universitária, sem que prosperasse em ações efetivas que envolvessem as comunidades litorâneas, pois limitou-se a organizar eventos sobre a temática no meio universitário, ou seja, para a vida acadêmica (LEAL, 2007).

Em 1993, aconteceu a reestruturação do NEA, uma forma de romper com os muros da universidade e viabilizar a chegada das informações acadêmicas aos moradores do litoral catarinense. Nessa nova fase, o NEA vinculado à Pró-Reitoria de Cultura e Extensão, tornou-se um órgão de articulação institucional, com isso, o movimento açorianista começa a ser projetado de uma forma mais alargada junto à sociedade, segundo Leal (2007, p. 56),

O NEA passa a ter como uma das suas preocupações centrais a cobertura de toda área litoral catarinense, alargando o movimento para fora da Ilha de Santa Catarina, onde ele se encontrava até então confinado, e dando-lhe uma expressão geográfica coincidente, no limite, com a área da colonização açoriana de 1748.

No seu Regimento Interno (UFSC, 1993, Art.2), “o NEA tem por finalidade propiciar à UFSC um instrumento que viabilize o desenvolvimento de ações interdisciplinares e multi-institucionais relacionadas com as questões da cultura açoriana para, através da soma dos esforços dos diferentes agentes culturais envolvidos, formular políticas culturais de médio e longo prazo, para as áreas de base cultural açoriana no litoral catarinense”. No âmbito da sua composição, ele é constituído por uma Coordenadoria Executiva, um Conselho Deliberativo e Grupos de Trabalho para finalidades específicas (UFSC, 1993) (Vide Apêndice A – Organograma do NEA).

Sendo assim, para atingir seus objetivos e construir um envolvimento maior com toda a comunidade do litoral, nessa mesma época, o NEA cria o Conselho Deliberativo, no qual participam os representantes da UFSC como também representantes de instituições públicas e privadas responsáveis por políticas e ações culturais que envolvem a cultura de base açoriana do litoral catarinense (LEAL, 2007).

Segundo Lacerda e Alves (2012, p. 03),

Estruturado para agir em parceria com as universidades regionais, prefeituras municipais, além de órgãos públicos e entidades associativas, o NEA, através de seu Conselho Deliberativo, conseguiu gerar, em dez anos, uma nova dinâmica no enfoque da cultura açoriana de Santa Catarina. Visitas a autoridades, encontros interinstitucionais, cursos de capacitação, apoio a eventos culturais municipais específicos, orientações técnicas, foram os instrumentos utilizados para tornar o Núcleo de Estudos Açorianos uma organização efetiva na articulação da política cultural de base açoriana do litoral catarinense.

O Conselho Deliberativo do NEA é formado por representantes de Prefeituras Municipais do litoral do Estado de Santa Catarina e por Fundações Culturais e Universidades Regionais que atuam nesta área. Todos os membros do Conselho Deliberativo são representantes legais do NEA em suas regiões, com isto o trabalho e desenvolvimento de suas ações se torna mais dinâmico atingindo mais de quarenta municípios (Vide Anexo A – Área de atuação do NEA), numa área aproximada de 15.000 quilômetros quadrados que atinge indiretamente um público de mais de um milhão e meio de pessoas. Este Conselho se reúne mensalmente para discutir ações, fazer o intercâmbio de pesquisas e planejar eventos. Também algumas Associações e Grupos Folclóricos ligados a cultura açoriana, e que estão oficialmente constituídos e regulamentados, são membros do referido Conselho (UFSC, 2014a).

O NEA está vinculado diretamente à Secretaria de Cultura (SeCult) (gestão 2012-2016), atuando em mais de 60 municípios do litoral catarinense (Vide Apêndice A – Organograma do NEA).

A sede administrativa do NEA (Vide Anexo B – Sede do NEA) fica no Campus da Trindade, ao lado do Museu Universitário, próxima aos prédios do Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFH). A referida sede foi construída com o apoio do Governo de Portugal, por meio de um aporte financeiro oferecido pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros. A Sede foi inaugurada em 01 de dezembro de 2003 com a presença do Presidente do Governo Regional dos Açores (UFSC, 2014a).

Em sua Sede, o NEA conta com um espaço onde acontecem exposições de expressões artísticas cujo tema versa sobre a Cultura Açoriana de Santa Catarina, e, também, dispõe de uma biblioteca com 1401 livros, 179 vídeos, 73 CDs, todos com a temática da História e da Cultura dos Açores e de Santa Catarina. A referida biblioteca abre diariamente para consultas de alunos dos vários níveis de escolaridade, destacando-se os alunos dos cursos em nível de graduação e pós-graduação, como também para consultas de pesquisadores, professores de todos os níveis de ensino, e de pessoas interessadas sobre a temática açoriana (UFSC, 2014a).

De acordo com o Regimento Interno (UFSC, 2014f), são atribuições do Coordenador do Núcleo de Estudos Açorianos:

- a) Desenvolver, coordenar e incentivar pesquisadores a realizarem investigações sobre a temática açoriana;
- b) Assessorar pesquisadores que estejam trabalhando o tema açorianidade, tanto nos cursos de graduação como em pós-graduações;
- c) Contribuir diretamente para a sobrevivência dos núcleos de povoados açorianos do litoral catarinense, hoje em acelerado processo de transformação;
- d) Realização de eventos e colóquios para debates e valorização da cultura açoriana;
- e) Desenvolver atividades voltadas para a conscientização da população, quanto à importância da preservação da herança cultural açoriana;
- f) Produzir exposições de temáticas itinerantes no Brasil e no exterior;
- g) Organizar exposições temporárias no Espaço Cultural do NEA, com o tema cultura açoriana;
- h) Coordenar projetos que apoiam e qualificam a produção de artesanato de referência cultural açoriana;
- i) Prestar assessoria a prefeituras do litoral com palestras, cursos, eventos e outros relacionados com os Açores;
- j) Coordenar a reunião mensal do NEA;
- k) Fomentar os protocolos de cooperação com Universidade dos Açores e Governo Regional do Açores nas questões de pesquisas e intercâmbios;
- l) Organizar cursos de danças folclóricas açorianas como forma de preservação deste legado; e,

- m) Manter o portal mundial na Web www.comunidadesacorianas.org com apoio financeiro do Governo dos Açores.

O Núcleo de Estudos Açorianos da UFSC, com vistas a cumprir seus objetivos atua na pesquisa, no ensino e na extensão, e, conforme pesquisa realizada no seu Relatório de Atividades (UFSC, 2014a), desenvolve inúmeras atividades apresentadas no Quadro 01 - Demonstrativo das atividades/ ações realizadas pelo Núcleo de Estudos Açorianos da UFSC.

Quadro 1 - Demonstrativo das atividades/ ações realizadas pelo Núcleo de Estudos Açorianos da UFSC

(continua)

ATIVIDADES/AÇÕES
Festa da Cultura Açoriana (AÇOR)
Palestras realizadas em Portugal por técnicos do NEA
Exposições realizadas pelo NEA
Palestras organizadas pelo NEA em Santa Catarina
Curso de capacitação para professores
Assessoria para Grupos Folclóricos
Lançamentos de livros, vídeos e DVDs
Recepção de grupos e autoridades vindas de Portugal/ Açores
Exposições realizadas pelo NEA no Brasil
Exposições realizadas pelo NEA no Exterior
Troféu Açorianidade
Orientação para graduandos ao Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)
Orientação para alunos de pós-graduação
Realização de documentários sobre cultura açoriana
Montagem de estandes culturais em feiras e congressos
Entrevistas em Jornais/TV/Rádio
Entrevistas em Jornais/TV/Rádio no exterior

Quadro 1 - Demonstrativo das atividades/ ações realizadas pelo Núcleo de Estudos Açorianos da UFSC

(conclusão)

ATIVIDADES/AÇÕES
Parcerias com Instituições privadas e públicas
Assessoria à prefeituras
Reuniões do Conselho Deliberativo do NEA
Apresentações Folclóricas promovidas pelo NEA
Publicações em jornais e revistas
Premiações
Projeto Saber Fazer
Mapeamento da Cultura Açoriana
Curso de dança

Fonte: Relatório de Atividades do NEA (UFSC, 2014a).

As atividades/ações desenvolvidas pelo NEA buscam despertar a valorização e o fortalecimento da cultura açoriana, bem como demonstrar que seus valores são importantes para o desenvolvimento da realidade social e econômica das comunidades envolvidas (UFSC, 2014a).

As ações extensionistas realizadas pelo Núcleo de Estudos Açorianos envolvem pesquisadores, professores, alunos, técnicos administrativos em educação, e outros colaboradores com diferentes habilidades. Muitos projetos merecem destaque no que tange ao envolvimento com as comunidades: o Troféu Açorianidade, o Projeto Saber Fazer, o Mapeamento da Cultura de Base Açoriana e a Festa da Cultura Açoriana de Santa Catarina (UFSC, 2014a).

O Troféu Açorianidade (Vide Anexo C – Troféu Açorianidade) foi criado, em 1996, por meio do Conselho Deliberativo do Núcleo de Estudos Açorianos, com objetivo de reconhecer e valorizar o trabalho de Instituições, Pessoas e Empresas, em prol da Cultura de Base Açoriana do Estado de Santa Catarina (UFSC, 2014a).

Desde a sua criação, a referida premiação acontece anualmente e a indicação dos profissionais, empresas e instituições que concorrerão ao troféu é realizada pelos componentes do Conselho Deliberativo que,

posteriormente participam também da eleição dos agraciados (UFSC, 2014a).

Todos os anos, são entregues 10 (dez) troféus, cujos nomes fazem menção às nove ilhas do Arquipélago Açoriano. A Ilha de Santa Catarina empresta o nome ao décimo troféu, por ser considerada pelos criadores do referido troféu, a décima Ilha do Arquipélago Açoriano:

- 1) Troféu Ilha de São Miguel – homenageia a Instituição de Ensino Superior ou Cultural de SC;
- 2) Troféu Ilha Terceira – homenageia um Grupo Folclórico;
- 3) Troféu Ilha do Faial – homenageia uma Administração Municipal;
- 4) Troféu Ilha do Pico – homenageia um Veículo de Comunicação;
- 5) Troféu Ilha de São Jorge – homenageia uma Personalidade;
- 6) Troféu Ilha Graciosa – homenageia um Pesquisador;
- 7) Troféu Ilha das Flores – homenageia um Artista Plástico;
- 8) Troféu Ilha de Santa Maria – homenageia uma Empresa/Patrocínio;
- 9) Troféu Ilha do Corvo – homenageia um Artesão; e,
- 10) Troféu Ilha de Santa Catarina – homenageia uma Escola do Ensino Fundamental ou Médio (UFSC, 2014a).

O município onde acontece a Festa da Cultura Açoriana de Santa Catarina recebe o Troféu Açorianidade sem concorrer às indicações e votações no ano em que sedia a referida Festa. Esta foi a forma que o Conselho Deliberativo e o NEA encontraram para homenagear e agradecer a cidade (UFSC, 2014a).

Outro Projeto desenvolvido pelo NEA é o Saber Fazer (Vide Anexo D – Projeto Saber Fazer), que tem como objetivo estimular, valorizar e preservar as práticas artesanais tradicionais desenvolvidas pelos descendentes de açorianos como o crivo, a renda de bilro, a tecelagem, a cerâmica figurativa e utilitária, o artesanato com escama de peixes, entre outros (UFSC, 2014a).

O Saber Fazer incentiva os artesãos ao uso de matérias-primas disponíveis na região para produzirem seus trabalhos conforme os conhecimentos tradicionais aprendidos com os idosos, passado por gerações, além de promover oficinas com esses artesões para o repasse dessas técnicas de produção. Destaca-se que os produtos tradicionais estão despertando outros usos e aplicações, ao que se chama de inovação cultural (UFSC, 2014a).

Como exemplos desta inovação se destaca a renda de crivo, antes utilizada apenas para o vestuário dos nobres e do clero e que agora reaparece aplicada em detalhes de vestuários e outras formas de artesanato. A renda de bilro também aderiu a soluções criativas, migrando do enxoval para as roupas de praia o que garante a sobrevivência de cerca de centenas ou, mais de uma centena de artesãos no litoral catarinense. Com este Projeto, o NEA oferece também cursos que ensinam a aprimorar a apresentação do produto buscando agregar mais valor e fortalecer o processo cultural açoriano (UFSC, 2014a).

O Projeto Mapeamento da Cultura de Base Açoriana consiste num curso de formação dos professores da rede municipal, estadual e privada de ensino fundamental e médio, em parceria com as prefeituras municipais, para o mapeamento da cultura de base açoriana do Estado de Santa Catarina. Ele atua de forma integrada nos campos da educação, cultura, turismo e trabalho. Este Projeto tem como objetivo principal, resgatar os valores culturais, contribuindo na geração de uma nova fonte de renda e de trabalho em cada comunidade envolvida no Projeto, agregando valores ao artesanato, folclore, festas populares, entre outros (UFSC, 2014a).

Inicialmente o Mapeamento foi organizado, no ano de 1993, por meio de encontros microregionais. A partir de 1996, passou a acontecer diretamente nos municípios (UFSC, 2014a).

Nos referidos cursos de formação, são abordados conhecimentos históricos da cultura açoriana (UFSC, 2014a), tais como:

- a) História dos Açores;
- b) A colonização açoriana do sul do Brasil;
- c) A migração açoriana para Santa Catarina;
- d) A chegada dos primeiros açorianos em Santa Catarina;
- e) A contribuição cultural dos açorianos ao Estado de Santa Catarina; e,
- f) A açorianidade e manifestações culturais.

A identificação e registro das manifestações culturais relacionadas à cultura açoriana segue um roteiro definido pelo NEA, e a mesma é desenvolvida pelas comunidades envolvidas. Os temas indicados (áreas) no roteiro para o referido mapeamento são: folclore, arquitetura, produção artesanal, gastronomia, religiosidade, literatura popular, jogos e brinquedos, e meios de transportes populares (LACERDA; ALVES, 2012).

Os dados do mapeamento servem de apoio para toda a comunidade interessada na cultura açoriana bem como para pesquisas

universitárias, programas de ações públicas e de difusão cultural, mas especialmente, ao público ligado à escola. Professores, pais e alunos podem ter acesso aos dados de forma estruturada, podendo organizar e participar de atividades pedagógicas no campo da cultura popular regional.

Cabe informar que, a partir da publicação no seu sítio eletrônico⁴ dos dados coletados por meio do Mapeamento Cultural, o NEA disponibiliza um material educativo, estimulando a retomada de valores culturais que muitas vezes estão em risco de desaparecimento no litoral catarinense (UFSC, 2014a).

Segundo Leal (2007, p. 59),

Mas para além desse produto mais visível, o mapeamento foi também um dos principais instrumentos de expansão da atividade açoriana no litoral de Santa Catarina. Por seu intermédio, esta recebeu um impulso estruturante e passou a ser uma presença regular na cena cultural e política de dezenas de municípios.

Este Projeto, resgatando Santos (2011), potencializa a legitimidade com vistas a vincular a universidade à educação básica e ao ensino médio. Para o autor (SANTOS, 2011), grande parte da perda de legitimidade da universidade pública está atrelada ao seu descompromisso com a escola pública na medida em que ela assumiu o papel de apenas questionar a crise da educação básica e do ensino médio, sem se esforçar em criar alternativas para a mesma.

De acordo com a literatura investigada (UFSC, 2014a) nestas formações do NEA, busca-se despertar o interesse pela herança cultural açoriana no ambiente das escolas, bem como o sentimento de preservação, valorização e difusão de seus costumes, da sua comida, de seu artesanato e entre outras manifestações culturais. Além disso, com este Projeto, a Universidade, por meio do NEA cumpre uma das metas do atual Plano Nacional de Cultura (BRASIL, 2012), de trazer para dentro da escola os conhecimentos culturais, populares e tradicionais.

Conforme Lacerda e Alves (2012, p. 02),

Acreditamos ser a escola o melhor caminho para alcançar resultados concretos e duradouros no campo da cultura popular regional porque atinge

⁴ [www. http://nea.ufsc.br/](http://nea.ufsc.br/)

as gerações estudantis, via processo interativo escola-comunidade. Além disso, tal base de dados poderá também servir de ponto de apoio para pesquisas universitárias, programas de ações públicas e também difusão cultural.

As ações desenvolvidas no Mapeamento Cultural buscam o fortalecimento da educação que visa a formação pessoal e social em longo prazo, características do mundo sólido, onde o que deve prevalecer são os valores, as relações humanas, o que é necessário para a sobrevivência da população, que vai além da vantagem comercial (BAUMAN, 2010).

A Festa da Cultura Açoriana (Vide Anexo E – Atividades desenvolvidas no AÇOR/NEA), em Santa Catarina, é outro importante Projeto desenvolvido pelo Núcleo de Estudos Açorianos da UFSC. Esse Projeto foi criado em 1994 e mostra o significado e a importância da herança cultural deixada pelos açorianos. É uma Festa anual que possui como característica principal o fato de ser itinerante, sendo realizada a cada ano em uma cidade diferente do litoral catarinense, no qual se faz uma mostra do que existe de mais autêntico e representativo sobre a cultura de base açoriana (UFSC, 2014a).

O AÇOR busca fortalecer as relações entre a cultura e a arte com as atividades de ensino, pesquisa e extensão universitária, sensibilizando estudantes, docentes e servidores técnicos administrativos em educação como também, a comunidade externa em geral, da importância da cultura na formação de uma sociedade mais humanizada. Nesta Festa, são apresentados os trabalhos realizados nas escolas municipais e estaduais, a partir de cursos de formação de professores ministrados pela UFSC por meio do NEA, nos quais os alunos aprendem e reconhecem a cultura local, presente na formação social da região, enquanto patrimônio cultural⁵ (UFSC, 2014a).

O Evento em comento é totalmente gratuito e estruturado a partir da oferta de conteúdos culturais e artísticos, estendendo suas ações para além dos muros universitários, buscando contribuir para a formação cultural e artística de toda a comunidade. A Festa conta com apresentações culturais e folclóricas, palestras, exposições e oficinas, que

⁵ “Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira” (BRASIL, 1998, Art. 216).

envolvem a música, a dança, a gastronomia, a religiosidade, o artesanato e cantorias que herdamos dos açorianos (UFSC, 2014a).

As referidas ações realizadas pelo Núcleo de Estudos Açorianos materializam a sua atuação por meio das atividades de extensão da UFSC, que, desde a sua criação, vem trabalhando a cultura como um processo na perspectiva do desenvolvimento humano e social.

1.2 A UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

Em 18 de dezembro de 1960, foi sancionada a Lei n° 3.849/60 (BRASIL, 1960), que criou a Universidade Federal de Santa Catarina, reunindo algumas instituições de ensino superior que já existiam na época, como: Faculdade de Direito, Medicina, Farmácia, Odontologia, Filosofia, Ciências Econômicas, Serviço Social e Escola de Engenharia Industrial (UFSC, 2010).

Inicialmente a UFSC, foi denominada como Universidade de Santa Catarina, entretanto, com a Lei n° 4.759/65 (BRASIL, 1965), recebeu o *status* de universidade federal. Sua missão é:

Produzir, sistematizar e socializar o saber filosófico, científico, artístico e tecnológico, ampliando e aprofundando a formação do ser humano para o exercício profissional, a reflexão crítica, a solidariedade nacional e internacional, na perspectiva da construção de uma sociedade justa e democrática e na defesa da qualidade da vida (UFSC, 2014e, p. 17).

Com a Reforma Universitária de 1968 (BRASIL, 1968), por meio do Decreto n° 64.824/69 (BRASIL, 1969), foram extintas as faculdades e a Universidade adquiriu a atual estrutura didática e administrativa. As Faculdades deram lugar às unidades universitárias, com a denominação de centros (unidades) de ensino, os quais agregam os departamentos.

A UFSC dispõe de um total de 11 (onze) centros de ensino, unidades acadêmicas, no *campus* Universitário Reitor João David Ferreira Lima – Florianópolis (UFSC, 2013b), conforme segue:

- a) Centro de Ciências Agrárias (CCA);
- b) Centro de Ciências Biológicas (CCB);
- c) Centro de Ciências da Educação (CED);
- d) Centro de Ciências da Saúde (CCS);
- e) Centro de Ciências Físicas e Matemáticas (CFM);

- f) Centro de Ciências Jurídicas (CCJ);
- g) Centro de Comunicação e Expressão (CCE);
- h) Centro de Desportos (CDS);
- i) Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFH);
- j) Centro Socioeconômico (CSE); e,
- k) Centro Tecnológico (CTC).

Com o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI)⁶, a UFSC ampliou sua oferta de vagas e interiorizou-se instalando em 2009, três *campi* no interior do Estado nos municípios de Araranguá, Joinville e Curitiba (NECKEL; KÜCHLER, 2010).

Em 2014, a UFSC ampliou sua área de abrangência com o *campus* de Blumenau que iniciou suas atividades no primeiro semestre daquele ano ofertando 05 (cinco) cursos de graduação: Engenharia de Controle de Automação, Engenharia de Materiais, Engenharia Têxtil, Licenciatura em Matemática e Licenciatura em Química (UFSC, 2014i).

A gestão da UFSC apresenta uma estrutura organizacional subordinada aos colegiados acadêmicos, de forma regimental e democrática, com composição proporcional e/ou paritária, específica de órgãos deliberativos. Estes órgãos subdividem-se em Conselho Universitário, que compreende o fórum máximo de deliberação nas áreas acadêmicas da Universidade; Conselho de Curadores, Auditoria Interna e Ouvidoria, ambos com função fiscalizadora (UFSC, 2013b).

Na sua estrutura administrativa estão também os órgãos executivos, atuando em áreas essenciais de gestão compostas por 07 (sete) Pró-Reitorias e 04 (quatro) Secretarias, além do Gabinete da Reitoria. As Pró-Reitorias englobam a Graduação, a Pós-Graduação, a Pesquisa, a Extensão, a Administração, os Assuntos Estudantis e o Planejamento e Orçamento. As Secretarias gerenciam ações na área da Cultura, das Relações Internacionais, do Aperfeiçoamento Institucional e de Gestão de Pessoas, todas vinculadas diretamente ao Gabinete da Reitoria (UFSC, 2013b).

A estrutura da UFSC depende de suportes que viabilizam e facilitam a vida acadêmica, como, também, da sua relação com a comunidade externa. Essa estrutura inclui ainda laboratórios, núcleos,

⁶ O programa visa o aumento de vagas nos cursos de graduação, a ampliação da oferta de cursos noturnos, a promoção de inovações pedagógicas e o combate à evasão, entre outras metas que têm o propósito de reduzir as desigualdades sociais no País (BRASIL, 2007b).

institutos, hospital universitário, Colégio de Aplicação, bibliotecas, editora, museu, agência de comunicação, emissora de TV entre outras unidades (NECKEL; KÜCHLER, 2010).

A UFSC conta com 26.455 alunos matriculados em nível de graduação presencial, 2.311 alunos de graduação na educação à distância e 15 mil na pós-graduação. No seu efetivo, conta com 3.113 servidores técnicos-administrativos em educação, 2.413 professores e 250 professores substitutos (UFSC, 2014h).

Desde o ano de 2008, a UFSC conta com uma Secretaria de Cultura e Arte (SeCArte). Neste contexto, a cultura passa a ter uma instância própria de decisão e execução de políticas culturais para a UFSC. Com isso, a área de Cultura e a Arte deixam de ser apenas uma parte da extensão e ganham mais autonomia em suas ações. No ano de 2012, a referida Secretaria passou a se chamar Secretaria de Cultura (SeCult), conforme seu Regimento Interno, (UFSC, 2014f, Art 2º):

A Secretaria de Cultura é um órgão executivo central, integrante da Administração Central da Universidade Federal de Santa Catarina, ligado diretamente ao Gabinete da Reitoria, criado com o objetivo de auxiliar em suas tarefas executivas na área da Cultura.

A partir deste contexto, a área de desenvolvimento Cultural da UFSC passou a ter maior visibilidade e poder de decisão no âmbito institucional, bem como de execução de políticas culturais. A Secretaria de Cultura da UFSC se constitui por meio de: Coordenadoria do Centro de Eventos; Coordenadoria do Projeto Fortalezas da Ilha de Santa Catarina; Coordenadoria do Núcleo de Estudos Açorianos; e, Coordenadoria Artístico-Cultural do Departamento Artístico Cultural (DAC).

Suas competências assim se constituem (UFSC, 2014f, Art 5º):

- a) Fomentar a cultura de forma ampla, por meio da produção e difusão de projetos na área;
- b) Reconhecer a abrangência da noção de cultura nas suas dimensões simbólica, estética e econômica;
- c) Sensibilizar a comunidade universitária e seus gestores da importância da cultura na formação de uma sociedade mais humanizada;

- d) Contribuir para uma formação pedagógica, cidadã e emancipadora mais abrangente do aluno da UFSC, aumentando o seu repertório cultural com a oferta de atividades culturais extracurriculares;
- e) Integrar a cultura às atividades de ensino, pesquisa e extensão;
- f) Promover e estimular o acesso à produção e ao empreendimento cultural através de editais e seleções públicas democráticas e transparentes, respeitando sempre os ditames legais para concessão de recursos financeiros;
- g) Estimular o debate crítico acerca de questões prementes do ser humano e da sociedade contemporânea;
- h) Promover a qualidade da produção artístico-cultural da universidade;
- i) Propiciar o contato e a fruição do público com a arte e a cultura de forma universal;
- j) Garantir a preservação do patrimônio cultural, histórico e artístico da UFSC, resguardando os bens de natureza material e imaterial;
- k) Resignificar os espaços da Universidade com ações culturais;
- l) Articular as políticas de cultura com outros órgãos administrativos e de ensino da Universidade e promover a organização de parcerias e redes para a sua implantação;
- m) Dinamizar as políticas de intercâmbio e difusão da cultura universitária com outras universidades nacionais e internacionais, promovendo acordos e levando a criação artístico-cultural produzida e financiada para além dos muros da universidade;
- n) Integrar as ações culturais nos *campi* da UFSC;
- o) Estender as ações culturais às cidades-sede dos *campi* da Universidade, ao Estado de Santa Catarina, priorizando as comunidades de difícil acesso a estes espaços geográficos;
- p) Organizar instâncias consultivas e de participação para contribuir na formulação e debater estratégias e execução das políticas de cultura da universidade;

- q) Mensurar o desempenho das ações culturais da Secretaria; e,
- r) Executar outras atividades inerentes ao Setor e ainda as que venham a ser delegadas pela autoridade competente.

De acordo com a Constituição Federal (BRASIL,1998), as universidades devem obedecer ao princípio da indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão. Mas a compreensão sobre a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, não se restringe apenas a uma questão conceitual ou legislativa. Esta indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão caracteriza-se como um processo que busca, principalmente, a unidade da teoria e da prática que favorece a aproximação entre universidade e sociedade.

A concretização deste princípio supõe a realização de Projetos e atividades como o NEA, que na UFSC, está vinculado a SeCult pois trabalha o fortalecimento e difusão da cultura açoriana. Cabe lembrar que este Núcleo, se fortalece e socializa suas ações por meio das atividades de ensino e pesquisa, mas é essencialmente por meio da atividade de extensão que se materializa no seio da sociedade.

Considerando o exposto neste capítulo – O Núcleo de Estudos Açorianos da Universidade Federal de Santa Catarina – a Instituição manifesta claramente a preocupação e a relevância da tônica da cultura no contexto universitário. Para tanto, a potencialização da manifestação cultural açoriana como uma das finalidades do Núcleo em Estudo vem ao encontro do fenômeno ora investigado que é a gestão da atividade de extensão por meio das ações a serem desenvolvidas pelo NEA.

2 POLÍTICA INSTITUCIONAL DE EXTENSÃO

Com vistas a compreender o fenômeno de investigação, busco neste capítulo conhecer a política institucional de extensão. Para tanto, parto da concepção de gestão universitária, após situo a atividade de extensão no contexto de constituição da Universidade e, por fim, busco conhecer a Política de Extensão Universitária.

2.1 GESTÃO UNIVERSITÁRIA

Após a Revolução Industrial ocorrida a partir de 1840, houve o crescimento desorganizado das empresas e, com isso, a necessidade de planejar e controlar a produtividade e a competitividade do mercado, surgindo também a necessidade de estudar a prática da gestão por meio das teorias administrativas (JACOBSEN, 2006).

Administrar uma instituição significa trabalhar com as pessoas e com os recursos que a integram. Pesquisas apontam (JACOBSEN, 2006), que não é possível que uma organização/instituição, sobreviva sem aplicação de concepções e teorias de administração, mesmo que seja de forma empírica ou intuitiva. O conhecimento de concepções e teorias de administração sintetizam as principais responsabilidades do gestor em uma organização/instituição e o auxiliam a compreender seu papel dentro dela.

De acordo com a literatura investigada na presente Pesquisa, a concepção de organização, está associada a unidades sociais ou agrupamentos humanos, constituídas e reconstituídas com a finalidade de atingir objetivos específicos. Mas, com relação à universidade, esta têm uma gama de compromissos e objetivos que não se comporta do ponto de vista organizacional, como uma empresa ou organização semelhante (VAHL, 1990).

Portanto, as universidades apresentam características e traços próprios que as constituem como diferentes de outras instituições e estruturas organizacionais (CHAUÍ, 2003).

Historicamente, a universidade como instituição social (CHAUÍ, 2003), produtora de conhecimentos, foi alvo de disputas ideológicas colocando em cheque a sua natureza, sua função social e o seu processo de gestão.

A autora (CHAUÍ, 2003) critica a mudança sofrida pela universidade pública brasileira nos últimos anos, pós década de 90, que,

com a reforma do Estado com o advento do neoliberalismo⁷, passa a ser definida como uma organização qualquer, situando a atuação dos seus gestores como empreendedores de espaços privados.

Defende Chauí (1998, p. 32):

A universidade é uma instituição social, científica e educativa, cuja identidade está fundada em princípios, valores, regras e formas de organização que lhe são inerentes. Seu reconhecimento e sua legitimidade social vinculam-se, historicamente, à sua capacidade autônoma de lidar com as ideias, buscar o saber, descobrir e inventar o conhecimento. Nesse processo, ela interroga, reflete, critica, cria e forma, exercendo papel fundamental no avanço e na consolidação da democracia, que implica no compromisso com a luta pela democratização dos meios de produção da vida humana.

Diante disso, cabe registrar que para conceber a universidade como uma instituição social, é necessário compreender que sua gestão difere da gestão de uma outra organização qualquer. Sua função vai além da formação de profissionais para o trabalho. Ela deve contribuir de forma efetiva na transformação da sociedade por meio do conhecimento baseado em valores como a justiça e o bem-estar social. A universidade deve atuar de forma a responder às preocupações, exigências e necessidades da sociedade, e às demandas políticas da comunidade (CHAUI, 2003).

O fortalecimento da concepção da universidade pública enquanto instituição social deve ser uma preocupação de cada um dos cidadãos brasileiros. Cabe a todos e principalmente aos gestores das universidades públicas, encontrarem alternativas de gestão que possam fazer com que a universidade se fortaleça como instituição e possa assim cumprir seu papel social de maneira efetiva (CHAUI, 2003; SANTOS, 2011).

Segundo Burigo (2003), a instituição universidade é um espaço privilegiado, um espaço para o diálogo, para discussão política, social e econômica, ela é o fio condutor da sua aventura intelectual, mesmo

⁷ Neoliberalismo, determinação histórica que defende a não participação do Estado na promoção de políticas, e a concessão total da liberdade econômica (BURIGO, 2003).

tendo a sua função crítica ameaçada pelo mercado que é umpositor na constituição da sua essência, ou seja, o processo da formação como uma prática educativa e social.

Com isso, o desafio que se apresenta é que os gestores universitários tenham a clareza que a universidade, como instituição social é também a executora de políticas públicas com vistas a melhoria do nível de qualidade de vida da sociedade.

A gestão universitária, no contexto do social, potencializa a dialogicidade no processo das suas ações, bem como, a preservação da coisa pública, negando a racionalidade instrumental⁸ proveniente do espaço privado, onde o lucro e a mercantilização dos serviços prevalecem (BURIGO, 2003).

Para Heidemann (2010), a política pública vai muito além da perspectiva de políticas governamentais, na medida em que o Governo, com sua estrutura administrativa, não é a única instituição a servir à comunidade política, ou seja, a promover as políticas públicas.

Neste contexto, as políticas públicas delimitam as ações do processo de gestão no que tange as diretrizes materializadas por meio das determinações legais. Isto posto, as ações da gestão no contexto da Instituição, tendo como foco a atividade de extensão, entre outros fatores como a formação do gestor e das condições de trabalho, é mediada pela política de extensão da UFSC.

2.2 A POLÍTICA DE EXTENSÃO DA UFSC

As ações de extensão desenvolvidas pela Universidade Federal de Santa Catarina são políticas institucionais amparadas pela Política Nacional de Extensão, documento norteador que articula as Instituições Públicas de Ensino Superior (FORPROEX, 2012).

De acordo com Nogueira (2000, p. 23), a Pró-Reitoria de Extensão dentro de uma universidade é de suma importância, tanto na estrutura da instituição quanto para a sociedade com quem interage.

As Pró-Reitorias de Extensão ou órgãos similares teriam sua existência vinculada a uma ação tática

⁸ “A racionalidade instrumental e funcional, fundamenta-se no cálculo e no resultado, primordialmente a otimização de resultados econômicos, provoca a repressão humana e social; e tem características sociomórficas, além de ser desprovida de valor e de aspectos da subjetividade humana” (LOCH; CORREIA, 2004, p. 17).

de articulação, sensibilização e coordenação, no contexto estratégico de construção processual da abertura e do confronto universidade-sociedade.

Na UFSC, a Pró-Reitoria de Extensão (PROEX) foi criada em 2012, diante do desdobramento da então Pró-Reitoria de Pesquisa e Extensão (PRPE). Tem por “finalidade articular e apoiar a execução da política de extensão da UFSC, seja através de ações específicas dos departamentos de ensino, seja através de ações institucionais, buscando uma integração mais efetiva da realidade social com as atividades realizadas na universidade” (UFSC, 2014b, p. 01).

As principais atividades desenvolvidas pela PROEX (UFSC, 20014b, p. 01) são:

- a) Atualização do formulário para registro *on line* das Ações de Extensão, resultando em um banco de dados atualizado constantemente;
- b) Certificação das ações extensionistas oficiais da UFSC;
- c) Apoio às atividades de extensão, através do planejamento, da organização e do acompanhamento do PROEXTENSÃO – Programa de Apoio a Projetos de Extensão e do PROBOLSAS – Programa de Bolsas de Extensão;
- d) Organização e condução do Projeto Rondon na UFSC;
- e) Apoio à coordenação do Projeto Sala Verde;
- f) Apoio à coordenação do Núcleo de Estudos da Terceira Idade (NETI);
- g) Organização de delegações e participação em eventos como o Congresso Brasileiro de Extensão Universitária (CBEU), Seminário de Extensão Universitária da Região Sul (SEURS) e Congresso Ibero Americano;
- h) Divulgação das ações de extensão, através do Jornal Universitário e da Extensio: Revista Eletrônica de Extensão da UFSC; e,
- i) Promoção da indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão, realizada através da Semana de Ensino, Pesquisa e Extensão (SEPEX) e da inclusão da extensão nos projetos pedagógicos dos cursos de graduação.

No âmbito institucional, a elaboração de propostas e normas extensionistas são orientadas por Resoluções Normativas. A Resolução Normativa nº 03/CUn/09 (UFSC, 2009) dispõe sobre as normas que regulamentam as ações de extensão, em consonância com as diretrizes estabelecidas no Fórum Nacional de Extensão. A Resolução em comento (UFSC, 2009) situa que as ações de extensão universitária:

- a) São consideradas como parte ou etapa de processos de produção de conhecimento e não como algo à parte desses processos;
- b) Criam recursos e condições para a apresentação de informações que facilitam a apropriação, pelos membros da sociedade, do conhecimento disponível; e,
- c) Devem ter caráter educativo no sentido de tornar as pessoas aptas a utilizarem o conhecimento em suas próprias atividades.

No contexto da estrutura administrativa da UFSC, a Câmara de Extensão é um órgão deliberativo e consultivo, que tem o(a) Pró-Reitor (a) de Extensão como presidente, e um membro docente de cada Unidade, participante em atividades de extensão e de representantes discentes dos cursos de graduação e pós graduação, indicados pelas respectivas entidades estudantis, na proporção de um quinto de membros não discentes da Câmara (UFSC, 2010).

As principais atribuições da Câmara de Extensão (UFSC, 2014c, p. 01) são:

- a) Propor ao Conselho Universitário políticas e normas relativas à extensão;
- b) Atuar como instância recursal na área de extensão, quando for argüida ilegalidade no julgamento, em processos originários dos Conselhos das Unidades;
- c) Elaborar e aprovar as normas de funcionamento para a Câmara;
- d) Propor ao Conselho Universitário normas e diretrizes sobre o regime de trabalho do pessoal docente;
- e) Estabelecer as políticas de avaliação das atividades de extensão;
- f) Manifestar-se sobre assuntos, propostas ou planos afetos à sua área de atuação; e,

- g) Eleger os representantes da Câmara junto ao Conselho Universitário, ficando vedada a indicação de mais de 1 (um) representante por Unidade Universitária.

Na gestão do orçamento, a Pró-Reitoria de Extensão, com a participação da Câmara de Extensão, define prioridades e critérios para apoiar as ações extensionistas, com recursos disponíveis anualmente para extensão e por meio de parcerias com o Estado e a União, além de setores organizados da sociedade. A operacionalização de utilização dos recursos deve constar em edital público, a ser anualmente publicado, no qual serão definidos itens como valores e percentuais de cada rubrica orçamentária (UFSC, 2014b). No entanto, as ações a serem contempladas devem atender aos objetivos estabelecidos na Política Nacional de Extensão (FORPROEX, 2012).

No âmbito da política institucional de extensão, a Pró-Reitoria de Extensão da UFSC oferece apoio financeiro aos projetos de extensão por meio do PROBOLSAS que tem por objetivo estimular a participação dos estudantes de graduação nos projetos de extensão desenvolvidos pela comunidade acadêmica por meio de auxílio na forma de bolsas (UFSC, 2014b).

Outro programa gerenciado pela PROEX, é o PROEXTENSÃO, com o objetivo de apoiar financeiramente ações de extensão relacionadas ao ensino e à pesquisa envolvendo alunos, servidores docentes e técnico-administrativos em educação da Instituição, em atuação conjunta com a comunidade (UFSC, 2014b).

Ainda, é importante destacar a criação da Biblioteca Depositária, uma política institucional de extensão da UFSC que tem como objetivo incrementar o acesso a informações sobre extensão, divulgar as atividades extensionistas e, principalmente, incentivar a realização de novas atividades de extensão, assim como de mais pesquisas sobre o assunto (UFSC, 2014b).

A Biblioteca Depositária de Extensão da UFSC foi criada em março de 2002 quando foi celebrado um acordo entre a Biblioteca Universitária (BU) e a extinta Pró-Reitoria de Cultura e Extensão da UFSC (PRCE), disponibilizando para consulta o acervo bibliográfico relativo às atividades de extensão, tanto da UFSC como de diversas outras instituições (UFSC, 2014b).

Dando continuidade aos serviços da Biblioteca Depositária e ampliando ainda mais seus objetivos, em 2004 o Departamento de Apoio a Extensão (DAEx), da extinta PRCE, lançou a Revista

Eletrônica Extensio. A referida revista é um periódico *on line* de publicação semestral, interdisciplinar, de circulação nacional e internacional, que tem como missão contribuir para a disseminação e promoção de novos conhecimentos na área da extensão. No ano de 2014, a Extensio comemorou 10 (dez) anos e é a pioneira das Revistas Eletrônicas de Extensão do Brasil (UFSC, 2014b).

Conforme Nogueira (2000, p. 63) “a natureza pública da universidade se confirma na proporção em que diferentes setores da população brasileira usufruam dos resultados produzidos pela atividade acadêmica”. Entre outras ações gerenciadas pela PROEX/UFSC (UFSC, 2014b) que se constituem como políticas de extensão da Universidade, destaca-se: a Sala Verde; o Núcleo de Estudos da Terceira Idade; a Semana de Ensino, Pesquisa e Extensão; entre outros, que reforçam o processo de interação da UFSC com a sociedade, como um intercâmbio de possibilidades concretas com quiçá possíveis processos de transformação sociais.

Por meio das atividades extensionistas, o NEA tem como essência do desenvolvimento de sua atividade a cultura como um processo de fortalecimento dos saberes e valores de uma dada comunidade. Suas ações negam a mera transmissão de informações técnicas, ao contrário, é um processo de troca de saberes, onde a Universidade apresenta o resultado de um trabalho coletivo, inter-relacionando o ensino, a pesquisa e a extensão (UFSC, 2014a).

Neste sentido, a política de extensão da UFSC reflete as concepções desenvolvidas ao longo do tempo das diretrizes das Políticas Públicas da Extensão Universitária, que se constitui num processo histórico que vem caminhando na construção de documentos que orientam e contribuem para o reconhecimento e fortalecimento da extensão como prática acadêmica que interliga a universidade com a sociedade.

2.3 A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

O processo de historicidade da instituição universidade sempre foi acompanhado por conflitos e tensões sociais, e com isso a missão e as funções atribuídas à universidade pública foram também se modificando ao longo do tempo. Os movimentos culturais e políticos, com a criação da União Nacional dos Estudantes na década de 60, o fortalecimento da sociedade civil nos anos 80 em oposição ao enfraquecimento da sociedade política da época, deram partida a um movimento que culminou por originar uma nova universidade, que

redefiniu suas atividades essenciais, o ensino, a pesquisa e a extensão (NOGUEIRA, 1999).

As crises vivenciadas pela universidade pública na década de 90, substancialmente possibilitou gerar reflexões sobre os rumos que a educação superior estava tomando, considerando as políticas de caráter mercantil, e a sua inter-relação com a sociedade (SANTOS, 2011).

Neste contexto, Santos (2011) aponta três crises vivenciadas pela universidade: a crise institucional que se instalou quando o Estado decidiu reduzir o seu compromisso político com as universidades, convertendo-as num bem que, sendo público não tem de ser exclusivamente assegurado pelo Estado; a crise de hegemonia que caracteriza-se pelos desafios entre as funções tradicionais da universidade e as que, ao longo do Século XX, lhe foram atribuídas; e, a crise de legitimidade, tendo em vista que as universidades não conseguiam mais atender legitimamente as demandas da sociedade.

Para tanto, no processo histórico de desenvolvimento da instituição universidade, ela necessitou e necessita repensar o seu papel no processo de desenvolvimento com e para a sociedade, à medida que busca mecanismos para sobreviver e adaptar-se diante de cada realidade: das condições locais, de cada região e de cada país (BURIGO, 2003).

A pluralidade funcional da instituição universidade baseia-se fundamentalmente em quatro modelos clássicos delineados ao longo da história, sendo manifestações concretas das relações mediadas desta instituição com a sociedade.

No modelo francês, herança napoleônica, a universidade é considerada uma corporação militar, e os professores, guardas civis intelectuais que perpetuam a ordem estabelecida pelo Estado. O modelo norte-americano situa a universidade como um núcleo de progresso, com fim utilitarista, articulada com a sociedade e com o mercado de trabalho. O modelo alemão entende a universidade com o uma instituição em busca da verdade sem constrangimentos, como um direito da humanidade. O professor é considerado um investigador livre, responsável pela sua investigação. Não é considerado um funcionário do Estado, mas um sábio, um mestre, um membro de uma corporação. O modelo inglês preserva a formação moral e intelectual, e a preparação profissional. Faz da universidade um lugar de ensino, de transmissão do saber, dissociada da pesquisa (BURIGO, 2003).

A atividade de extensão na universidade surgiu no Século XIX, em Oxford, na Inglaterra, com o advento da Revolução Industrial (1760 a 1860). Porém, de acordo com Burigo (2003), a atividade universitária de extensão, é uma expressão típica do modelo norte-americano de

universidade, que tinha por objetivo compartilhar com a sociedade que surgia, ou seja, com a sociedade industrial, as suas atividades e descobertas.

A Constituição Federal Brasileira (BRASIL, 1998) marca um importante momento para a extensão universitária reconhecendo e fortalecendo o movimento em torno da concepção de extensão e da indissociabilidade com o ensino e a pesquisa. A inclusão da atividade de extensão na Constituição (BRASIL, 1998) marca sua institucionalização com uma abordagem metodológica, na qual passa a integrar a concepção de educação superior universitária (NOGUEIRA, 2000).

Pontua a Constituição (BRASIL, 1998, Art. 207):

As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Diante deste cenário, o princípio da indissociabilidade entre as atividades de ensino, pesquisa e extensão passa a ser associado a prática da gestão universitária. Todavia, diante da literatura investigada neste Estudo, a extensão universitária, historicamente, muitas vezes foi mal compreendida, dificultando sua projeção no mesmo nível que o ensino e a pesquisa, atividades consagradas historicamente no contexto universitário. De acordo com Nogueira (2000), a extensão era limitada a mecanismo de acessibilidade ao conhecimento gerado nas instituições de ensino superior na forma de cursos, ou seja, uma via de mão única de disseminação do conhecimento.

O Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX, 2001), fundado em 1987, buscou preencher uma lacuna de regulamentação na área da extensão. Assim, o caminho da universidade para a sociedade e vice-versa deixou de ser unilateral. Começou a existir uma preocupação em escutar as expectativas produzidas pela sociedade com o objetivo de buscar uma relação de reciprocidade e de mediação. Uma relação onde o saber científico possa se associar ao saber popular, a teoria, a prática em constante e contínuo movimento de desenvolvimento. O referido Fórum (FORPROEX, 2001), a partir de sua criação, estabeleceu diretrizes, políticas e operacionalização das ações extensionistas, conforme sua missão:

O Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras é uma entidade voltada para a articulação e definição de políticas acadêmicas de extensão, comprometido com a transformação social para o pleno exercício da cidadania e o fortalecimento da democracia (FORPROEX, 2001, p. 02).

O Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, é formado pelos Pró-Reitores de Extensão e titulares de órgãos congêneres das Instituições de Ensino Superior Públicas Brasileiras que são considerados membros natos, com direito a voz e voto. Anualmente o FORPROEX se reúne para debates e definição da sua coordenação nacional, que é composta por um presidente, vice-presidente e seus coordenadores regionais (FORPROEX, 2001).

Com a criação do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras em 1987, instalou-se um espaço aglutinador que permite a discussão, a reflexão e a formação de políticas institucionais. Sem dúvida, se constitui em um salto qualitativo com relação a prática extensionista no sentido da busca de superação da concepção assistencialista da extensão (NOGUEIRA, 2000).

Para o FORPROEX (2001, p. 05) “a extensão universitária é um processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre a Universidade e a Sociedade”.

A partir das ações do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, em 1998 iniciou-se o processo de construção do Primeiro Plano Nacional de Extensão (FORPROEX, 2001) em parceria com a Secretaria de Educação Superior (SESu) do Ministério da Educação (MEC), que sistematizou diretrizes gerais da extensão dando suporte as ações da gestão universitária.

As discussões promovidas no âmbito do referido Fórum têm como consequência a formulação da Política Nacional de Extensão (FORPROEX, 2012) onde os princípios se sustentam na relevância da extensão para a formação mais ética e solidária de profissionais e o fortalecimento da integração entre universidade e sociedade.

A Política Nacional de Extensão (FORPROEX, 2012) está norteada pelos princípios de desenvolver atividades, objetivando a

produção e a preservação cultural e artística como relevantes para a afirmação do caráter nacional e de suas manifestações regionais.

Para dar maior visibilidade e promoção da integração das atividades de extensão, foi criada a Rede Nacional de Extensão (RENEX) (FORPROEX, 2014). Esta Rede mantém um cadastro atualizado das instituições integrantes, divulga ações extensionistas universitárias e coordena o Sistema Nacional de Informações de Extensão (SIEEX), banco de dados sobre as práticas de extensão de todo o País.

De acordo com Santos (2011, p. 73),

[...] a reforma da universidade deve conferir uma nova centralidade às atividades de extensão (com implicações no currículo e nas carreiras dos docentes) e concebê-las de modo alternativo ao capitalismo global, atribuindo às universidades uma participação ativa na construção da coesão social, no aprofundamento da democracia, na luta contra a exclusão social e a degradação ambiental, na defesa da diversidade cultural.

Para Santos (2011), a extensão faz parte de um processo que envolve olhares diferentes e interesses diversos que interferem na prática cotidiana das instituições como: grupos sociais populares, comunidades locais e regionais, setor público e privado entre outros. No contexto da globalização⁹, novas concepções e práticas com relação à extensão foram impostas, por meio das quais lhe foi atribuída a função de prestar serviços às classes populares a um setor de venda de serviços, uma visão mercadológica. O autor destaca a importância de se evitar que as atividades de extensão sejam focadas em atividades rentáveis, descaracterizando o papel principal da extensão que possibilita as transformações sociais, caracterizando-se como elo de integração entre universidade e sociedade, pensar e fazer, da relação teoria e prática no processo de produção do conhecimento.

Para Freire (2013), ao fazer extensão, estamos produzindo conhecimento, que têm possibilidade de viabilizar a relação transformadora entre a universidade e a sociedade, que gera mudanças,

⁹ “A globalização é uma tendência internacional do capitalismo que, juntamente com o projeto neoliberal, impõe aos países periféricos a economia de mercado global sem restrições, a competição ilimitada e a minimização do Estado na área econômica e social” (OLIVEIRA; LIBÁNEO, 1998, p. 606).

uma troca de saberes, popular e acadêmico, com perspectivas concretas da construção de um saber novo.

O conhecimento não se estende do que se julga sabedor até aqueles que se julga não saberem; o conhecimento se constitui nas relações homem-mundo, relações de transformação, e se aperfeiçoa na problematização crítica dessas relações (FREIRE, 2013, p. 42).

Diante da literatura investigada no presente Estudo, é possível pontuar que a Extensão Universitária é compreendida como uma prática de gestão universitária, integrando as atividades de ensino e pesquisa de forma indissociável. Está ligada a própria função da universidade como instituição social, tendo um compromisso efetivo com o social. Todavia a discussão de concepção sobre a extensão universitária e suas relações com a sociedade é fruto de um processo histórico, um processo contínuo de negação e de afirmação desta mediada relação.

Neste contexto, diante das ações das atividades de extensão, tendo como fenômeno de estudo a gestão das atividades de extensão desenvolvidas pelo NEA, acredito ser relevante conhecer as diretrizes da política pública de cultura.

3 POLÍTICA PÚBLICA DE CULTURA

Neste Capítulo, após ter percorrido teoricamente por meio de reflexões a constituição histórica do NEA, no contexto da UFSC, bem como a concepção de política institucional de extensão universitária, parto com vistas para melhor compreender a Política Pública Nacional de Cultura, situando neste contexto a cultura como essência do fenômeno ora investigado.

Diante da literatura investigada neste Estudo, é possível afirmar que a noção de cultura recebe muitos e distintos significados, e, por isso, não vou aqui entrar nas discussões em torno das concepções de cultura. Apenas me restrinjo a identificar algumas abordagens teóricas que poderão auxiliar na compreensão de cultura como processo social, pois vai ao encontro da concepção de extensão universitária no processo de interação entre universidade e sociedade, objetivando refletir sobre o desenvolvimento da atual política pública de cultura existente no Brasil.

Segundo Laraia (2009, p. 25), estudos apontam que o primeiro conceito etnográfico de cultura a situava como “todo complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes ou qualquer outra capacidade ou hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade”.

Partindo desta concepção de cultura como processo social, resgato Santos (2006) quando contextualiza que a cultura expressa os conflitos e os interesses dominantes da sociedade e das pessoas que participam dela, por isso, nada do que é cultural pode ser estático, permanente. Portanto, a cultura deve ser concebida como um processo, algo dinâmico, sempre em movimento.

Conforme Farias (1998, p. 305),

A cultura de um povo pode ser observada através do conjunto das manifestações expressas ao longo do ano, nos vários campos das ações humanas. Surge da combinação espontânea de diversos elementos, os quais, representam, para o povo, fundamentos do saber ser e saber fazer. Neste conjunto heterogêneo reúnem-se a religiosidade, o imaginário, o saber fazer, as relações com a natureza, os sentimentos. Enfim, a síntese das relações socioeconômicas e culturais do dia-a-dia do grupo humano.

Neste contexto, é possível situar que a cultura é mediada por relações sociais e uma forma pela qual os homens podem atuar em sociedade, um processo que está em constante movimento. As pessoas se percebem pela cultura e por ela estabelecem relações entre si, definem valores e significados, aumentando a sua capacidade de articulação na sociedade.

Assim, tratar a questão da cultura requer perceber a cultura na qualidade de bem coletivo assim como as outras diversas áreas governamentais (saúde, educação, meio-ambiente, entre outras). Por isso, acredito ser indispensável uma ação pública, ou seja, uma política pública, que possibilite condições de incentivo e valorização da difusão das manifestações culturais. Sendo que as práticas culturais possam se desenvolver, para que sejam incorporadas a vida social não simplesmente como evento, mas como modo de transformação e enriquecimento individual e coletivo (CALABRE, 2005).

Para Calabre (2005), as políticas públicas são decisões coletivas, em geral produtos de atividades políticas, que envolvem diversos agentes com um impacto sobre o conjunto da sociedade, além de ações normativas e a destinação de recursos para viabilizá-las.

Para Rubim e Barbalho (2007), no contexto da sociedade democrática, são consideradas políticas públicas apenas aquelas que são discutidas, legitimadas e negociadas com a sociedade. No Brasil, seguindo a lógica neoliberal, durante muito tempo, a cultura foi tratada como negócio, no qual o Estado se ausentou e a política cultural foi confundida com incentivo fiscal.

Assim, com vistas à interação Estado e sociedade na perspectiva da cultura ocorreu em 2005, a Primeira Conferência Nacional de Cultura, que delineia diretrizes para a constituição de uma política pública de cultura (RUBIM; BARBALHO, 2007).

Conforme Rubim e Barbalho (2007, p. 09), a Primeira Conferência Nacional de Cultura foi “uma forma encontrada para viabilizar a unificação da política cultural e a promoção de encontros nacionais de cultura, nos quais participam representantes culturais de todos os estados da federação”.

Na referida Conferência, foi definido que a discussão sobre o papel do Estado na cultura deve ser feita em cada país de forma diferente. Cada nação tem sua própria história e práticas culturais peculiares. No caso do Brasil, onde a diversidade interna é um dos traços mais fortes e mais nítidos da cultura, as estratégias de gestão pública necessitam ser pensadas tanto como diretrizes gerais nacionais, quanto em termos de ações regionalizadas (BRASIL, 2007a).

A mobilização por meio da Primeira Conferência Nacional de Cultura objetivou envolver não somente os atores da sociedade civil, mas os próprios entes federados. Buscou firmar alianças, discutir, mobilizar e eleger propostas prioritárias para as políticas públicas, de âmbito nacional, a partir das proposições encaminhadas pelas etapas anteriores realizadas das conferências estaduais, municipais, intermunicipais e seminários setoriais de cultura (BRASIL, 2007a).

A Primeira Conferência Nacional de Cultura cumpriu a importante função de promover a retomada do diálogo entre os diversos níveis de governo responsáveis pela gestão da cultura, trazendo como elemento inovador fundamental a participação da sociedade civil. Ela teve como tema central a interação do Estado e da sociedade na construção da política pública da cultura (CALABRE, 2010).

Em março de 2010, se realizou a II Conferência Nacional de Cultura, onde o tema geral foi: Cultura, Diversidade, Cidadania e Desenvolvimento. Nesta Conferência foi aprovado pelo Congresso Nacional o Primeiro Plano Nacional de Cultura (PNC). Um Plano decenal que tem como um dos principais objetivos, marcar o efetivo ingresso da área da cultura no campo das políticas públicas. As discussões realizadas demonstraram a necessidade de se criar uma política pública específica para a área de cultura (CALABRE, 2010).

O Plano Nacional de Cultura (BRASIL, 2010) já estava previsto na Constituição Brasileira (BRASIL, 1998, Art. 215),

O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

§ 3º A lei estabelecerá o Plano Nacional de Cultura, de duração plurianual, visando ao desenvolvimento cultural do País e à integração das ações do poder público que conduzem à: I defesa e valorização do patrimônio cultural brasileiro; II produção, promoção e difusão de bens culturais; III formação de pessoal qualificado para a gestão da cultura em suas múltiplas dimensões; IV democratização do acesso aos bens de cultura; V valorização da diversidade étnica e regional.

O PNC foi instituído por meio da Lei nº12.343/ 2010 (BRASIL, 2010), sendo um conjunto de princípios, objetivos, diretrizes, estratégias

e metas que orientam a formulação de políticas culturais pelo poder público, garantindo a valorização, o reconhecimento, a promoção e a preservação da diversidade cultural existente no Brasil. O PNC, diante da concepção contemplada na Constituição (BRASIL, 1998), “reafirma uma concepção ampliada de cultura, entendida como fenômeno social e humano de múltiplos sentidos. Ela deve ser considerada em toda a sua extensão antropológica, social, produtiva, econômica, simbólica e estética” (BRASIL, 2012, p. 167).

Com isso, as ações do poder público de proteção e promoção culturais foram unificadas a partir de um conjunto de princípios que servem de referência normativa obrigatória quando forem tomadas decisões de Governo e da Administração Pública, voltadas à garantia dos direitos culturais.

Tanto o PNC, quanto o atual Sistema Nacional de Cultura (SNC), contaram na sua elaboração com um processo amplo de consulta e diálogo com grupos sociais por meio de seminários, fóruns e conferências. As diretrizes de complementaridade, cooperação e integração entre Estado e sociedade civil norteiam o PNC, e, também, o SNC (RUBIM, 2008).

Historicamente, segundo Calabre (2005, p. 12),

[...] esta não é a primeira vez que o governo federal formaliza um Plano Nacional para a área de cultura no país. No período do regime militar instaurado com o golpe de 64, já se discutia a necessidade de elaborar uma política nacional de cultura. O Conselho Federal de Cultura chegou a apresentar algumas propostas nos anos de 1968, 1969 e 1973, mas nenhuma delas foi posta em prática.

A Lei do PNC (BRASIL, 2010) estabeleceu metas para a área da cultura a serem atingidas até 2020. As 53 metas do referido Plano foram estabelecidas por meio da participação da sociedade e de gestores públicos, e foram aprovadas em dezembro de 2011.

As metas do Plano estabelecerão uma nova relação do Estado com a cultura e com a sociedade. Trata-se de um projeto que caminha para a consolidação efetiva da cidadania cultural. Nela, a cultura é um eixo do desenvolvimento e possibilita que os brasileiros avancem, cultural e

economicamente com justiça social, igualdade de oportunidades, consciência ambiental e convivência com a diversidade (BRASIL, 2012, p. 11).

Consolidando as conferências nacionais de políticas públicas como configurações de espaços públicos ampliados de participação social, em novembro de 2013, aconteceu a III Conferência Nacional de Cultura, cujo tema central foi: Uma Política de Estado para a Cultura: Desafios do Sistema Nacional de Cultura (ESPÍNDOLA, 2013).

Na referida Conferência, a Plenária Nacional definiu 20 diretrizes como prioridade, dentre as diretrizes constam: a proposta de pelo menos 10% dos recursos do Fundo Social do Pré-Sal para a Cultura; o fortalecimento do Fundo Nacional de Cultura; a aprovação de projetos que incluem a cultura como direito social dos brasileiros; bem como, a ampliação das políticas de editais (ESPÍNDOLA, 2013).

No que diz respeito ao processo de gestão da cultura, como servidora de uma instituição pública federal e atuante na área da cultura, é possível afirmar que está havendo, no Brasil, um processo de transformação das políticas culturais. A concretização de princípios e metas apresentados como sistema de gestão, informação, promoção e articulação das políticas públicas culturais, com participação social é, sem dúvida, um marco nessa área para o povo brasileiro.

Por outro lado, como a presença da cultura no campo das políticas públicas é muito recente, a sua institucionalização no conjunto das políticas públicas é um dos principais desafios a ser enfrentado. Ocorreram avanços significativos historicamente, no sentido de colocar a cultura na agenda política do Governo, fazendo com que ela deixasse de ter um papel praticamente entusiasta, distante de uma prática concreta, entre as demais políticas públicas.

O direito à cultura está garantido na Constituição Federal (BRASIL, 1998), nas constituições estaduais e em muitas das leis orgânicas municipais. O desafio que se impõe agora é o de transformar a lei em realidade, a política pública em ações de gestão para acompanhar e avaliar a sua implantação (CALABRE, 2010).

Neste contexto, com vistas ao desenvolvimento do presente Estudo, considero relevante conhecer, também, as diretrizes da política Institucional de Cultura, como reflexo da política pública de cultura.

3.1 POLÍTICA INSTITUCIONAL DE CULTURA

Conforme Calabre (2005), qualquer processo de gestão requer diretrizes, planejamento, execução e avaliação de resultados, e, com a cultura, não é diferente.

No âmbito da Universidade Federal de Santa Catarina, conforme Relatório de Atividades da Secretaria de Cultura (UFSC, 2013a), programas e projetos voltados à Política Cultural estão sendo desenvolvidos.

[...] a gestão deve estar voltada à criação de meios (materiais e imateriais) que permitam, no nosso caso, que estudantes, docentes e técnico-administrativos em educação concebam e realizem ações e projetos culturais empregando, investigando e ampliando conhecimentos que edificam áreas da cultura e/ou as linguagens artísticas. Ao mesmo tempo, deve promover e garantir a ampliação dos repertórios artístico culturais da comunidade acadêmica (desde a Educação Infantil à Pós-Graduação) e da sociedade de forma mais ampla, perspectivando o fortalecimento, a diversificação e a ampliação da atuação social, bem como científica da UFSC em nível local, estadual, nacional e internacional. (UFSC, 2013a, p.08).

No contexto da Política Institucional de Cultura, cabe aqui destacar dois programas criados pela SeCult, com o objetivo de estimular o acesso à produção cultural, artístico e científico em consonância com as diretrizes da Política Nacional de Cultura:

Em 2011, foi dado um passo importante para a institucionalização das atividades culturais, com a criação e regulamentação do programa Bolsa Cultura, importante instrumento de incentivo ao envolvimento de alunos em projetos e iniciativas docentes na área. De forma sólida e gradual, as atividades culturais e artísticas passam a fazer realmente parte da vida dos membros da nossa comunidade, tornando-se um diferencial da UFSC (UFSC, 2014g, p. 11).

O Bolsa Cultura é um programa de bolsa de extensão vinculado às ações de arte e cultura, oferecendo por meio de bolsas, auxílio financeiro a estudantes de graduação, estimulando-os à participação nos projetos de cultura da UFSC (UFSC, 2014d).

Outro programa da SeCult, diante da meta de fortalecimento de uma política pública institucional de cultura é o Programa de apoio às ações de Cultura (PROCULTURA). Esse Programa apoia financeiramente, no todo, ou em parte, ações de cultura, propostas por servidores docentes e técnicos administrativos em educação, que tenham relação com o ensino, a pesquisa e a extensão universitária.

Já em 2012, visando democratizar o processo e dar mais transparência às ações da Secretaria, foi regulamentado o processo seletivo do PROCULTURA. A partir daí, docentes e técnicos administrativos que coordenam projetos de cultura dentro da Universidade ou que pretendem propor novas ações nesse âmbito, para obter o auxílio financeiro do Programa de Apoio a Ações de Cultura participam de uma chamada pública (UFSC, 2014g, p. 11).

Os supracitados Programas fazem parte de uma política de editais, lançados pela SeCult, fundamentais para democratizar, socializar e estimular a vida cultural da Universidade e na sua inter relação com a sociedade. Além de contemplar projetos de diversos centros de ensino e setores da Universidade, eles abrangem diversas áreas artísticas, como: cinema, teatro, fotografia, dança, música, entre outros (UFSC, 2014g).

No que diz respeito às ações do NEA, como um projeto de extensão da Secretaria de Cultura da UFSC, este vai ao encontro das diretrizes do PNC, quando busca

[...] estimular a criação de centros de referência e comunitários voltados às culturas populares, ao artesanato, às técnicas e aos saberes tradicionais com a finalidade de registro e transmissão da memória, desenvolvimento de pesquisas e valorização das tradições locais. (BRASIL, 2012, p. 192).

O NEA se materializa como uma política institucional de cultura e extensão, quando efetivamente estimula o ensino, a pesquisa, o resgate e a valorização da cultura açoriana em Santa Catarina.

Todavia, a gestão da atividade de extensão por meio das ações a serem desenvolvidas pelo NEA, é um desafio a ser compreendido no processo da relação mediada pela Política Institucional de Extensão e pela Política Pública de Cultura, que são congruentes no formalismo da lei, fortalecendo, teoricamente, o papel da universidade como instituição social.

Diante do exposto, é possível afirmar que as políticas públicas determinam as políticas institucionais, por isso, é fundamental um processo de gestão que planeje diretrizes concretas para a manutenção e o fortalecimento de projetos de cultura e extensão, como o NEA na UFSC.

4 CAMINHO METODOLÓGICO

Neste Capítulo, apresento o caminho metodológico percorrido durante a realização da Pesquisa com vistas a compreender na visão dos gestores sobre as ações do NEA no processo de desenvolvimento da atividade de extensão da UFSC. Portanto, primeiramente descrevo o tipo e natureza do estudo para, depois, apresentar a população e a amostra, e por fim, apresento o processo de coleta e análise das informações coletadas.

4.1 TIPO E NATUREZA DO ESTUDO

Num primeiro momento, este Estudo se constituiu em uma investigação bibliográfica documental, de consulta a dados teóricos que me permitiu desvelar o fenômeno em estudo, ou seja, a gestão da atividade de extensão por meio das ações a serem desenvolvidas pelo NEA.

Como tipo de pesquisa, esta se caracteriza por ser um estudo de caso, de natureza qualitativa e descritiva, tendo como fonte direta das informações, o ambiente natural. Segundo Triviños (1987), a pesquisa qualitativa, visa estudar os sujeitos em sua realidade, por isso se desenvolve no campo em que o fenômeno a ser pesquisado acontece.

A opção pelo estudo de caso de natureza qualitativa justifica-se por dar suporte as inquietações de como e porque o fenômeno investigado se manifesta, pois possibilita descrever, interpretar, explicar e compreender o conteúdo onde está inserido (TRIVIÑOS, 1987).

Triviños (2001) considera que o grande valor do estudo de caso é fornecer o conhecimento de uma realidade cujos resultados podem permitir e formular hipóteses para o encaminhamento de outras pesquisas. O estudo de caso foi um dos caminhos que sustentaram metodologicamente esta pesquisa, com vistas a, quiçá, subsidiar que os seus resultados possam vir a interessar a determinados grupos e estudiosos sob a temática investigada e contribuir na formulação de hipóteses para futuras investigações.

4.2 POPULAÇÃO E AMOSTRA

Ao definir os sujeitos que constituíram a amostra dessa pesquisa, levei em conta sua capacidade de representatividade da população da pesquisa, a proximidade e o envolvimento com o fenômeno estudado, a disponibilidade de tempo e a possibilidade de acesso da pesquisadora ao sujeito a ser pesquisado.

Segundo Triviños (2001), a população envolvida em um estudo compreende um conjunto de objetos, de fenômenos, de coisas ou de pessoas, sendo que uma parte desta população consiste na amostra. Isto posto, a escolha dos sujeitos que fazem parte da amostra da pesquisa qualitativa deverá ser realizada por meio de critérios emanados dos próprios objetivos da investigação.

Sendo assim, com vistas a atender o objetivo inicialmente proposto nesta pesquisa, de compreender, na visão dos gestores, sobre as ações do NEA no processo de desenvolvimento da atividade de extensão da UFSC, defini como população os gestores da UFSC dos últimos 10 (dez) anos envolvidos diretamente no processo de gestão da atividade de cultura e extensão da Instituição, conforme segue:

- a) Ocupantes do cargo de Reitor (a) da UFSC, nos últimos 10 (dez) anos, cujas as atribuições são, entre outras, representar a Universidade em juízo ou fora dele, administra-la, superintender, coordenar e fiscalizar todas as suas atividades (UFSC, 2012);
- b) Ocupantes do cargo de Pró-Reitor (a) de Extensão da UFSC, nos últimos 10 (dez) anos, que tem como principal função, coordenar a execução das ações inerentes à política de extensão, definida pelo Conselho Universitário, zelando pela sua regularidade e compatibilidade com o interesse público (UFSC, 2012);
- c) Ocupantes do cargo de Secretário (a) de Cultura da UFSC, nos últimos 10 (dez) anos, que entre outras atribuições, deve, fazer a gestão de ações que contemplem as competências da SeCult; promover e apoiar as políticas institucionais de Cultura e coordenar a execução das ações de fomento à cultura da Universidade (UFSC, 2012); e,
- d) Ocupantes do cargo de Coordenador (a) do NEA da UFSC, nos últimos 10 (dez) anos, por este ser responsável pelo Núcleo, cabendo, principalmente, desenvolver atividades voltadas para a conscientização da população, quanto à importância da preservação da herança cultural açoriana;

coordenar e incentivar pesquisadores a realizarem investigações sobre a temática açoriana; assessorar pesquisadores que estejam trabalhando o tema açorianidade, tanto nos cursos de graduação como em pós-graduações; e, contribuir diretamente para a sobrevivência dos núcleos de povoados açoriano do litoral catarinense (UFSC, 2014f).

A partir da população delineada e observando os critérios anteriores, delimitar que a amostra da presente pesquisa fosse os gestores que ocuparam os cargos supracitados mas que, também, estavam em efetivo exercício na UFSC na ocasião da coleta de informações. Diante disso, os sujeitos a serem entrevistados, a priori, ficaram assim definidos de acordo com o Quadro 02 – Potenciais participantes das entrevistas.

Quadro 2 - Potenciais participantes das entrevistas

SUJEITOS	QUANTIDADE
Reitor (a) da UFSC	02
Pró-Reitor (a) de Extensão da UFSC	03
Secretário (a) de Cultura da UFSC	02
Coordenador (a) do NEA	01
Total	08

Fonte: Elaborado pela Autora.

A fim de verificar a disponibilidade de tempo dos sujeitos a serem entrevistados, marquei os encontros por meio de contato telefônico e por email. Entretanto, dos 08 (oito) gestores elencados para participarem da Pesquisa – Vide Quadro 02 – Potenciais participantes das entrevistas – 03 (três) não se disponibilizaram, ou seja, não concederam entrevista por falta de agenda. Considerando este fato, a amostra de pesquisa, ficou assim constituída, vide Quadro 03 – Amostra da pesquisa.

Quadro 3 - Amostra da pesquisa

SUJEITOS	QUANTIDADE
Reitor (a) da UFSC	01
Pró-Reitor (a) de Extensão da UFSC	01
Secretário (a) de Cultura da UFSC	02
Coordenador (a) do NEA	01
Total	05

Fonte: Elaborado pela Autora.

4.3 COLETA E ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES

A pesquisa qualitativa tem como característica a utilização de múltiplas formas para a coleta de informações (TRIVIÑOS, 1987). Devido a essa particularidade, utilizei, para esta Pesquisa, além da análise do corpo teórico, a entrevista semiestruturada.

De acordo com Triviños (1987), na entrevista semiestruturada, poderão haver respostas relativamente livres à perguntas anteriormente determinadas, ficando a critério do pesquisador acrescentar questões não previstas dependendo das respostas dos pesquisados. Para Triviños (1987, p. 152) a entrevista semiestruturada “[...] favorece não só a descrição dos fenômenos sociais, mas também sua explicação e a compreensão da sua totalidade [...]”. O autor salienta, ainda, que este tipo de entrevista caracteriza-se por questionamentos básicos que são embasados por teorias que se relacionam ao tema da pesquisa, podendo durante a entrevista, gerar novas perguntas, derivadas das básicas.

Neste sentido, procurei captar as informações coletadas em toda a sua riqueza, considerando a manifestação do entrevistado. Vide no Apêndice B – Instrumento de Coleta de Informações.

Para a elaboração das perguntas básicas e derivadas da entrevista semiestruturada, tive como base os objetivos inicialmente propostos e as categorias preliminarmente definidas e os seus respectivos conteúdos básicos.

Diante disso, as questões foram elaboradas com base em três categorias, assim definidas:

- a) Núcleo de Estudos Açorianos da Universidade Federal de Santa Catarina;
- b) Política Institucional de Extensão; e,
- c) Política Pública de Cultura.

A delimitação destas categorias constitui-se a partir da definição dos conteúdos básicos, que não podem pertencer, ao mesmo tempo, a mais de uma categoria. Chama-se de conteúdo básico, aquele que se constitui como elemento essencial de definição de determinada categoria, diferenciando uma da outra (CHEPTULIN, 1982).

Após uma cuidadosa análise, defini os conteúdos básicos descritos no Quadro 04 – Categorias e Conteúdos Básicos.

Quadro 4 – Categorias e Conteúdos Básicos

CATEGORIAS	CONTEÚDOS BÁSICOS
Núcleo de Estudos Açorianos da Universidade Federal de Santa Catarina	<ul style="list-style-type: none"> a) Atuação. b) Processo Histórico.
Política Institucional de Extensão	<ul style="list-style-type: none"> a) Concepção de extensão universitária. b) Concepção de Política de Extensão da UFSC. c) Interação com Projeto/ Ação do NEA.
Política Pública de Cultura	<ul style="list-style-type: none"> a) Concepção b) Interação entre a Política Pública de Cultura com a Política de Extensão da UFSC.

Fonte: Elaborado pela Autora.

Com base em Triviños (1987), para a análise das respostas utilizei a Técnica de Análise de Conteúdo que consiste num método de análise que permite ao pesquisador obter informações por meio da análise objetiva das respostas obtidas.

Durante o processo de desenvolvimento das entrevistas, as respostas coletadas foram apreciadas com base no referencial teórico investigado ao longo do Estudo. Realizei o processo de coleta de informações, ou seja, as cinco entrevistas no período de 23 de abril de 2015 a 30 de maio 2015. Com relação às entrevistas, as mesmas tiveram a duração, em média, entre 20 a 45 minutos cada, tempo que os entrevistados utilizaram para responder as perguntas e acrescentar qualquer consideração que julgaram pertinentes.

Com a autorização dos entrevistados, utilizei o registro por meio de gravação digital que me possibilitou transcrever as entrevistas posteriormente com maior facilidade. As entrevistas foram concedidas nos locais de atuação dos sujeitos junto a UFSC. Durante as referidas entrevistas, os sujeitos mostraram-se cooperativos, discorrendo sobre os questionamentos sem constrangimentos.

O material coletado exigiu várias leituras para desenvolver um sistema de codificação a fim de organizar as falas, pois as informações que correspondem às categorias apareciam de formas distintas entre os entrevistados, muitas vezes, fragmentadas ou inseridas em perguntas do roteiro cuja intenção inicial era explorar outra categoria.

Para auxiliar neste processo de organização e sistematização das informações coletadas, e, a fim de proteger a identidade dos sujeitos, codifiquei os entrevistados conforme segue:

- a) G 01 – Gestor 01;
- b) G 02 – Gestor 02;
- c) G 03 – Gestor 03;
- d) G 04 – Gestor 04; e,
- e) G 05 – Gestor 05.

O processo de definir as categorias e os conteúdos básicos, bem como, a codificação dos entrevistados é uma forma de instrumentalização utilizada para a organização do processo de análise.

A fim de evitar a perda de qualquer detalhe que pudesse comprometer a interpretação das respostas dos entrevistados aos meus questionamentos, realizei uma transcrição rigorosa da fala dos mesmos. Após a transcrição das entrevistas, reli cuidadosamente o problema e os objetivos inicialmente propostos neste Estudo, buscando manter-me focada nas categorias e seus respectivos conteúdos básicos, iniciando, assim, o processo de análise das informações coletadas.

5 A ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES COLETADAS

Neste Capítulo, a análise das informações coletadas são apresentadas a partir do depoimento dos sujeitos participantes da Pesquisa em consonância com as categorias e conteúdos básicos que foram previamente definidos.

Acredito que o processo de análise das informações coletadas iniciou-se a partir do meu envolvimento com o tema e com os pressupostos teóricos que guiaram o meu caminhar para a realização desta Pesquisa.

Com base nestes conhecimentos, busquei compreender a essência do fenômeno estudado, buscando o atendimento dos objetivos inicialmente propostos.

5.1 CARACTERIZAÇÃO DOS ENTREVISTADOS

Foram entrevistados os 05 (cinco) gestores previamente definidos na Amostra – Vide Quadro 03 - Amostra da Pesquisa. Entre os sujeitos entrevistados, haviam 04 (quatro) docentes e 01 (um) técnico administrativo em educação. Isso significa que, dentre eles, 80% pertencem à categoria funcional Docente e 20%, à categoria Técnico Administrativo em Educação (TAE). A média de tempo de serviço dos entrevistados na UFSC é equivalente a 26,5 anos. Com relação ao tempo de serviço na função de gestor, o menor tempo na função corresponde a 02 (dois) anos e o maior a 15 (quinze) anos, Vide Quadro 05 - Caracterização dos Entrevistados.

Quadro 5 - Caracterização dos Entrevistados

Sujeitos	Ingresso na UFSC	Categoria Funcional	Tempo na função	Tempo de serviço na UFSC
G 01	1979	Docente	4 anos	36 anos
G 02	1995	Docente	4 anos	20 anos
G 03	1982	TAE	15 anos	33 anos
G 04	1976	Docente	3 anos	39 anos
G 05	2011	Docente	2 anos	4 anos

Legenda: Técnico Administrativo em Educação (TAE).

Fonte: Elaborado pela Autora.

É importante ressaltar que estes entrevistados vivenciaram, ao longo da sua trajetória profissional, as transformações pelas quais a

Educação Superior e, conseqüentemente, a UFSC passou e vem passando, pois 80% deles ingressaram na Universidade há mais de 20 anos. Diante disso, seguramente as experiências vivenciadas nestes anos de convivência na Instituição, aliadas ao conhecimento adquirido no decorrer dos anos, contribuíram para as respostas aos questionamentos e reflexões ocorridos durante as entrevistas. Outro fator que enriquece o processo de análise é o fato de que o mínimo de tempo de experiência em gestão, dentre os entrevistados, foi de 02 (dois) anos, sendo que 01 (um) deles, têm experiência superior há 10 anos.

Como pesquisadora, me senti confortável durante as entrevistas e, apesar da elevada demanda de atividades nas quais estavam envolvidos os sujeitos, na data agendada para a realização das entrevistas, apresentaram-se receptivos e dispostos a responder aos questionamentos, e entusiastas pela temática investigada.

5.2 ESTUDO DOS RELATOS DOS ENTREVISTADOS

Dando continuidade a este Estudo, nesta seção são analisados os relatos dos entrevistados com base nos referenciais teóricos e nas categorias e conteúdos básicos, descritos no Quadro 04 – Categorias e Conteúdos Básicos.

5.2.1 O Núcleo de Estudos Açorianos da Universidade Federal de Santa Catarina – NEA/UFSC

Na primeira categoria abordada, na qual trata do Núcleo de Estudos Açorianos da UFSC, foram realizadas duas perguntas. Estas perguntas objetivaram investigar sobre o NEA, sua atuação bem como seu processo histórico.

Com relação à atuação do NEA, foi possível perceber que todos os entrevistados possuem algum conhecimento sobre as ações desenvolvidas pelo Núcleo, bem como do seu objetivo. Para tanto, destaco as seguintes falas:

Sim, conheço as atividades do NEA muito antes de ser gestor. Pela minha origem açoriana sempre tive esse interesse com relação às questões açorianas. O NEA, com suas atividades resgata o que existe de mais valioso para o ser humano que é a sua origem, a sua identidade cultural. [...] a sua atuação no Estado de Santa Catarina é muito

reconhecida e importante, nos municípios, nas escolas, nas famílias (G 01).

O NEA atua na área da cultura, que é uma das áreas da extensão, e ele também tem atividades de ensino e de pesquisa. É um Núcleo que tá bem solidificado, ele tem ações que são muito concretas para a comunidade externa, em lugares importantes de colonização açoriana. Então acho que ele faz um trabalho importante em relação a essa identidade específica, que é uma das identidades de formação aqui de Santa Catarina (G 05).

Ainda, na visão dos gestores entrevistados, os depoimentos reportam à atuação do NEA junto à comunidade mostrando claramente que ele atinge a sua finalidade de valorização, preservação e divulgação da cultura açoriana, potencializando o papel social da Universidade (CHAUÍ, 2003).

O NEA faz um trabalho de preservação da cultura açoriana nos lugares onde essa cultura é mais rica. [...] me surpreendi com a atuação deste Núcleo, gostava muito de ver o trabalho realizado com as danças, com as músicas, ele faz realmente um trabalho de preservação muito grande da cultura açoriana que é importante para a memória do povo de Santa Catarina e para mostrar a universidade cumprindo o seu papel social (G 02).

Segundo a literatura investigada neste Estudo, a Constituição Federal Brasileira (BRASIL, 1998) garantiu a todos o pleno exercício dos direitos culturais e, uma das melhores formas de garantir na prática esse acesso é por meio de uma gestão que privilegie políticas públicas integradoras, que reconheça as diferenças culturais nos fazendo refletir sobre quem somos, sobre nossa identidade. Neste contexto, a partir do olhar dos gestores, o NEA também tem esta finalidade, quando busca o resgate da cultura açoriana por meio de suas ações.

Do ponto de vista do processo histórico do NEA, todos os entrevistados conhecem atualmente as ações do Núcleo, mas somente 02 (dois) deles manifestaram também conhecer o seu processo de historicidade.

Sim, o NEA completou 30 anos agora, no início de sua criação, ele ficou um tempo, vamos dizer, assim, numa incubadora, desenvolvendo pesquisas, trabalhos, investigações, mas isso estava entre quatro paredes na universidade, fechado, não se devolvia à comunidade. Depois [...] ele continua fazendo pesquisa, investigação, mas passa a ter o compromisso de devolver isso à comunidade. Aí sim começou realmente a valorização da cultura açoriana (G 03).

O NEA foi criado em 1984 e estruturado com objetivo de valorizar, preservar e divulgar a herança cultural trazida pelos imigrantes açorianos em Santa Catarina (UFSC, 1984).

Segundo Farias (1998, p. 304), desde à sua criação, as ações realizadas pelo NEA junto à comunidade demonstram que ele atinge plenamente os seus objetivos.

A cada contato mais e mais desabrocha a “chama açoriana”, apontando para a rápida transformação do litoral catarinense num corredor turístico-cultural, único no Brasil, marcado por valores culturais originais, praticamente desaparecidos tanto em Portugal continental, como no próprio arquipélago dos Açores.

Cabe aqui salientar que o NEA completou, no ano de 2014, 30 anos de atividades, e, com isso, recebeu um reconhecimento internacional. Em 25 de maio de 2015, a Presidência da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores (Portugal), em parceria com a Presidência do Governo da Região Autónoma dos Açores (Portugal), outorgou a Insígnia Autônômica de Reconhecimento ao Núcleo de Estudos Açorianos - NEA/ UFSC. A referida cerimônia ocorreu na Ilha das Flores, Portugal. Essa homenagem reafirma o reconhecimento e a valorização do trabalho realizado pelo referido Núcleo na sociedade, internacionalmente (UFSC, 2014a).

Na fala dos entrevistados, com relação à atuação do NEA, verifiquei que todos conhecem as ações desenvolvidas por ele na comunidade catarinense, mas contraditoriamente, todos eles afirmam que dentro da UFSC a sua visibilidade é muito pequena.

Com relação a sua atuação junto a Instituição, percebo que o trabalho desenvolvido pelo NEA é muito mais visto lá fora do que dentro da Instituição (G 01).

Na percepção dos gestores entrevistados, no interior da Universidade a atuação do NEA não é tão valorizada e reconhecida como fora dela, por outro lado, a UFSC manifesta, na sua estrutura, a preocupação com a cultura no contexto universitário por meio das ações desenvolvidas pela Secretaria de Cultura (SeCult).

Com a criação da referida Secretaria, iniciou-se uma nova fase da política cultural na Instituição, com a perspectiva de fortalecimento e valorização das diversas manifestações culturais existentes (UFSC, 2014g).

Porém, mesmo a área da cultura na UFSC ganhando mais autonomia em suas ações por meio da criação da Secult, ficou evidenciado, nas falas dos entrevistados, que o reconhecimento e fortalecimento das ações do NEA na Universidade apresenta uma fragilidade que perpassa pelo desenvolvimento do seu processo de gestão que está diretamente vinculado à existência de uma Política Institucional que venha dar mais suporte, ou seja, subsidiar os encaminhamentos necessários para a manutenção e fortalecimento do referido Núcleo como um projeto de extensão da UFSC de forma mais objetiva, mais eficaz, preservando seus princípios e respeitando o seu processo de historicidade.

Dessa forma, com base nos depoimentos dos entrevistados foi possível constatar com relação a esta categoria de análise – Núcleo de Estudos Açorianos da Universidade Federal de Santa Catarina – que trata da atuação e do processo histórico do NEA, que todos os gestores tem conhecimento da sua atuação que, desde a sua criação, vem trabalhando pela valorização, preservação e divulgação da Cultura Açoriana, potencializando o papel social da UFSC. Entretanto, a falta de visibilidade do mesmo no interior da Instituição apontada pelos gestores, nos seus relatos, é uma carência no próprio processo da gestão pela não socialização das atividades desenvolvidas e gestadas pelo NEA.

5.2.2 Política Institucional de Extensão

Na segunda categoria abordada, na qual trata da Política Institucional de Extensão Universitária, foram realizados 03 (três) questionamentos. Estes objetivaram colher informações acerca da compreensão dos gestores entrevistados sobre a concepção de extensão universitária, bem como a de política de extensão da UFSC e, ainda, sobre a interação dessas políticas com as ações realizadas pelo NEA.

Na visão dos entrevistados, foi possível perceber que todos concebem a Extensão Universitária como uma das funções essenciais que compõem os pilares da instituição universidade. A extensão, para eles, é vista como uma possibilidade concreta de interação com a sociedade, potencializando a sua função social que vem ao encontro da política de extensão estabelecida pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX, 2012).

Destaco a seguinte fala:

A extensão universitária é uma ação da universidade junto à comunidade, através dela, se constrói novos e diferentes saberes, o saber popular, que seria o da sociedade, e o saber científico, que é o das universidades (G 01).

De acordo com os gestores entrevistados, a extensão é uma ação concreta de interação com a sociedade. Resgatando Santos (2011), na perspectiva da atividade de extensão, para que a universidade pública seja legitimada pela sociedade, é preciso que ela cumpra a sua missão social, comprometendo-se com os interesses da sociedade, atendendo as suas demandas.

Contudo, é importante ressaltar que, embora a totalidade dos entrevistados entenda a importância da extensão universitária, alguns deles também apontaram que a prática extensionista se realiza ainda com muitas dificuldades.

Muitas vezes a extensão baseia-se no atendimento das carências imediatas da população, numa perspectiva assistencialista. Há um forte discurso que coloca a extensão na condição de representar a saída para a universidade se relacionar com a sociedade, mas, contraditoriamente, na prática, ela acaba muitas vezes realizando apenas ações

esporádicas, eventuais e secundárias, temos que tomar muito cuidado com isso (G 01).

Com base nos pilares que integram a concepção de extensão formulado pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, a extensão universitária está essencialmente ligada com a prática social, a ação extensionista não pode se restringir à mera transmissão de informações técnicas, ela necessita estar em constante processo de troca de saberes, relacionando ensino, pesquisa e extensão (FORPROEX, 2012).

Todavia, a concepção formulada pelo FORPROEX (2012) não conduz as universidades a desprezar a prestação de serviços, nem o compromisso social com as classes populares, mas revela sim um novo pensar e fazer, que se apresenta numa postura de organização e intervenção da realidade, na qual a comunidade deixa de ser passiva no recebimento das informações e conhecimentos transmitidos pela universidade e passa a ser mais participativa.

Conforme Nogueira (2000), a extensão universitária, na busca de superação da dimensão de prestação de serviços assistencialistas, é redimensionada com ênfase na relação teoria-prática, na perspectiva de uma relação onde acontece o diálogo entre universidade e sociedade, com oportunidade de troca de saberes. A função social se traduz na geração e difusão do saber e, como se sabe, esta geração e difusão do saber traz consequências sociais, ou seja, a socialização do saber é um meio de construção da sociedade mas também um meio para a sua alteração e transformação.

Diante do exposto, as dificuldades apresentadas pelos gestores entrevistados são bastante pertinentes e que, embora, se observe que a prática de atendimento assistencial, oferecimento de cursos e assessorias às comunidades carentes ainda ocorram com frequência, e se constitua um fazer da extensão universitária, constata-se que eles acreditam, também, que a concepção de pensar e fazer das atividades extensionistas da Universidade vem sofrendo mudanças. Para eles, essas mudanças mostram um novo olhar para a extensão universitária, por meio do desenvolvimento das atividades de extensão é que a Universidade mostra, além de sua função formadora, a sua função social.

Por outro lado, com relação à concepção da política institucional de extensão foi possível constatar que o entendimento dos gestores entrevistados revela que o desenvolvimento e fortalecimento de projetos/ações de extensão da UFSC é também atrelado ao desenvolvimento do processo da gestão.

Acho que é uma questão de momento, de gestão. Já teve momentos que a extensão na UFSC foi super valorizada, tínhamos uma política de extensão, ou seja, ela recebia a devida importância, foi muito apoiada e incentivada, executamos diversos projetos e com isso a gente via a universidade ter um reconhecimento bem maior na comunidade do que nos dias atuais (G 03).

Diante das falas dos entrevistados, percebe-se a existência de uma descontinuidade no processo de gestão. Eles demonstram ter conhecimento da política nacional de extensão definida pelo FORPROEX (2012), mas, no âmbito da UFSC, eles percebem que cada vez que muda uma gestão, há uma descontinuidade nos projetos/ ações de extensão ou há mudança no nível de qualidade dos mesmos, prejudicando assim o compromisso da atividade de extensão na interrelação com a sociedade.

Neste contexto, é notório a não constituição de uma política institucional de extensão, que vá além do processo de gestão de reitores. Se preserva algumas atividades como o NEA, pelo seu processo histórico, mas não efetivamente como fruto de uma política institucional de extensão.

Em nível nacional temos todo uma série de documentos gerados pelo Fórum de Pro Reitores de Extensão, então se tem realmente consolidado uma política de extensão nacional, digamos, temos os documentos de referência. Aqui na UFSC, digamos, temos uma tradição, mas atualmente não se tem realmente uma política de extensão, que seja efetiva mesmo no sentido de estabelecer uma proposta realista desse trabalho de interação da universidade com a sociedade (G 04).

Entretanto, os gestores entrevistados reconhecem que tentativas estejam sendo realizadas no processo de concepção de uma política institucional de extensão, citando importantes ações extensionistas já desenvolvidas pela Universidade.

[...] já tivemos importantes projetos que alavancaram a extensão dessa Universidade [...] o

I Salão de Extensão, o Edital Simultâneo, que unia a pesquisa, o ensino e a extensão, mostrava claramente o princípio da indissociabilidade [...] o PROEXTENSÃO, o PROBOLSA, enfim (G 01).

Porém, mesmo tendo na sua estrutura um órgão responsável pelo gerenciamento de suas atividades de extensão, a PROEX (UFSC, 2014b), as referidas tentativas na UFSC, ou seja, as ações que estão sendo realizadas, não se consolidam na prática dos gestores entrevistados como política institucional de extensão, evidenciando uma fragilidade na continuidade ou no fortalecimento destes projetos/ações extensionistas.

Com relação e interação da Política Institucional de Extensão e as ações do NEA, num primeiro momento, os entrevistados reconhecem a importância do NEA estar vinculado à área de extensão da Universidade:

No caso do NEA, depois de 1994, quando houve a sua reestruturação e o Núcleo passou a fazer parte da Pró-Reitoria de Cultura e Extensão da UFSC, ele começou a trabalhar efetivamente com a comunidade e com isso teve um reconhecimento bem maior. O desenvolvimento dos trabalhos, das pesquisas ficou muito mais fácil depois que foi aberto esse canal de diálogo da comunidade com a universidade. Esse é o papel de uma instituição de ensino superior, de um projeto de extensão como o do NEA, o papel social (G 03).

Porém, num segundo momento, as falas, expressam que a Política Institucional de Extensão são ações de caráter emergencial, para atender alguma demanda momentânea. Desconhecem a legislação que a respalda, essencialmente, no processo de interação com o NEA.

É, a extensão vem contribuindo de uma forma pontual com o NEA, eventualmente com algum recurso para alguma viagem, algum recurso para apoiar um evento, alguma divulgação ou coisa desse tipo (G 04).

Portanto, embora os entrevistados compreendam a extensão como uma prática de gestão universitária, integrando as atividades de ensino e

pesquisa, tendo um compromisso efetivo com o social, eles demonstram um desconhecimento sobre as diretrizes da Política Institucional de Extensão. Desconhecem a legislação que respalda esta Política, evidenciando uma carência no processo formativo. Neste contexto, a interação do NEA, com a Política Institucional de Extensão é uma ação que está presente a cada gestão desde a década de 80, quiçá pelo seu processo de historicidade, mas distante de um processo institucional de política de extensão.

5.2.3 Política Pública de Cultura

O desenvolvimento desta categoria objetivou conhecer a concepção dos entrevistados sobre Política Pública de Cultura e a interação dela com a Política de Extensão da UFSC.

Os relatos obtidos revelaram que todos os entrevistados apresentam ter um certo conhecimento pelo processo de expansão da atual Política Nacional de Cultura, reconhecendo também a sua importância no cenário Nacional.

Sim, claro que conheço. [...] hoje a gente tem uma política de cultura. Hoje o governo federal tem regras muito claras para apoiar a cultura e ouve a sociedade com relação a isso (G 03).

É uma coisa mais inovadora, veio nesse ultimo governo. [...] isso aí não existia. Inclusive saiu esse edital agora da cultura, o Mais Cultura, e a gente não tem uma política ainda dentro da Universidade, não tem um programa interno ainda de cultura (G 04).

O entendimento dos gestores entrevistados reflete o que diz Calabre (2005) quando afirma que, atualmente, vivemos um novo momento de possibilidades de construção e desenvolvimento de políticas culturais mais duradouras com a criação do atual Plano Nacional de Cultura.

Com isso, no âmbito nacional, essa nova perspectiva de política pública de cultura, há de se reconhecer, surgiu como uma nova possibilidade de participação, ou seja, a area cultural não está mais restrita à produção e ao retorno econômico como acontecia na década de 90. O Estado reconheceu e valorizou, em parte, a construção histórica e cultural dos movimentos e organizações culturais e

introduziu, no processo de formação de políticas, a efetiva participação da sociedade (RUBIM; BARBALHO, 2007).

Com relação à interação da Política Pública de Cultura e de Extensão da UFSC, foi possível verificar por meio das falas dos entrevistados que por um lado, a cultura é vista com grande importância nos processos de desenvolvimento humano e no fortalecimento da institucionalidade democrática, articulando as políticas de cultura com as outras áreas políticas, econômicas e sociais. Portanto, no âmbito da Universidade, para os gestores a cultura não está ligada somente a extensão, ela está ligada também ao ensino e a pesquisa, como fomento do papel formativo da Universidade.

É importante que todos os envolvidos na gestão da cultura saibam que ela é a mais alta expressão dos nossos valores e da nossa história, por isso deve ser encarada como necessidade básica da cidadania. [...] cultura é cultura, abrange todas as áreas (G 01).

A cultura é transversal, ela tem elementos de ensino, ela tem elementos de pesquisa, e ela tem elementos de extensão, A extensão é aquela parte do conhecimento que se relaciona mais diretamente com a comunidade, é exatamente a ação direta da universidade com a comunidade, com a sociedade. Através do desenvolvimento e fortalecimento de projetos de cultura a extensão vai ficar mais fortalecida, vai se aproximar, levar a universidade, o conhecimento para a comunidade por meio de programas culturais que despertam, movimentam a parte mais completa do ser humano (G 02).

Essas colocações também refletem a concepção de Rubim (2008), onde a arte e a cultura tornaram-se instrumentos políticos importantes e peças fundamentais que auxiliavam a construção de uma imagem de identidade nacional, associando cultura e política como condição para o progresso social.

Contudo, diante do processo histórico social da Política Nacional de Cultura, conforme Calabre (2005), não se pode negar o avanço no campo da estruturação de políticas culturais, elas agora apresentam bases mais democráticas, participativas, abrangentes e cidadãs.

Por outro lado, as ações que se referem à política de cultura da UFSC foram lembradas pelos entrevistados também como ações de caráter emergencial, conforme ocorre com as ações de extensão. Na visão dos gestores, os projetos culturais ficam inacabados dependendo da vontade dos gestores, diante do desconhecimento de diretrizes alinhadas a Política Nacional de Cultura, ou seja, as mesmas não são conhecidas pela maioria dos entrevistados como diretrizes da Política Institucional.

A universidade, e, principalmente, a UFSC, precisa ter a sua política de cultura mais determinada, com objetivos, com metas alinhadas ao PNC e assim automaticamente vai estar fortalecendo também a sua política de extensão, caso contrário, corremos o risco de numa mudança de gestão os projetos ficarem inacabados (G 03).

Os gestores demonstram ter conhecimento do processo de expansão da Política Pública de Cultura, mas reconhecem a necessidade da existência de ações para implementação com base nas diretrizes nacionais, de uma Política Institucional de Cultura.

Vivemos um novo momento de construção efetiva de políticas públicas culturais mais duradouras pois estas podem ser monitoradas a partir da criação do Plano Nacional de Cultura mas, essas necessitam de desdobramentos para atingirem seus objetivos, ou seja, a Universidade precisa criar um mínimo de estabilidade às políticas implementadas pelo Governo Federal (CALABRE,2005).

Para Calabre (2005, p. 98), “qualquer processo de gestão requer diretrizes, planejamento, execução e avaliação de resultados, e, com a cultura não ocorre diferente”.

Nas falas dos entrevistados ficou evidente também que concebem a cultura como um processo social, abrangente, um meio de transformação e enriquecimento do ser humano. Todavia, apontaram uma lacuna com vistas a se constituir como uma Política de Cultura na UFSC alinhada a Política Nacional de Cultura.

Diante do processo de análise, é indiscutível que o NEA é uma ação de extensão, reconhecido pelos gestores diante da sua finalidade e do seu processo histórico. Porém, para o fortalecimento deste Núcleo como uma prática de gestão é possível apontar a carência de constituição de uma Política Institucional de Cultura.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Resgatando o objetivo inicialmente proposto de compreender, na visão dos gestores, sobre as ações do Núcleo de Estudos Açorianos no processo de desenvolvimento da atividade de extensão da UFSC, é possível apontar que o NEA, vem se constituindo como uma prática de gestão desde a década de 80, como uma atividade de extensão universitária, mas não como uma ação extensionista de uma Política Institucional de Cultura e Extensão.

Quando iniciei o processo de análise a fim de responder a minha indagação inicial sobre como se manifesta as ações do NEA no processo de desenvolvimento da atividade de extensão na UFSC, na perspectiva dos seus gestores, considerava que o NEA tinha a sua atuação consolidada na Instituição, como parte de uma Política Institucional. Com a realização das entrevistas, a realidade estudada, revelada pelos sujeitos entrevistados me apresentou um outro olhar.

Na primeira categoria abordada, na qual tratou do Núcleo de Estudos Açorianos da UFSC, foram realizadas perguntas que objetivaram investigar sobre o NEA, sua atuação bem como o seu processo histórico.

Neste contexto, foi possível perceber que todos os entrevistados possuem conhecimento das ações desenvolvidas pelo NEA e afirmam que a sua atuação, junto à comunidade externa, mostra que ele atinge a sua finalidade de valorização, preservação e divulgação da cultura açoriana potencializando o papel social da Universidade.

Entretanto, ficou evidenciado que, no interior da Universidade, a atuação do NEA não é tão reconhecida, como fora dela. Esta falta de conhecimento das atividades desenvolvidas e gestadas pelo NEA, na UFSC, aponta a existência de uma fragilidade no processo de gestão, que está diretamente vinculado à existência de uma política institucional que venha dar suporte de forma mais objetiva e eficaz para a manutenção e fortalecimento de projetos extensionistas, como o NEA. Este Núcleo é acolhido desde a década de 80, pelo seu processo histórico na UFSC, mas não como uma ação constitutiva de uma Política Institucional de Cultura e Extensão. Sua visibilidade é mais concreta na Sociedade do que perante a própria UFSC.

No que tange à Política Institucional de Extensão, na visão dos entrevistados, foi possível perceber que todos eles concebem a Extensão Universitária como uma das funções essenciais que compõem os pilares da instituição universidade, ou seja, ensino, pesquisa e extensão. A extensão, para eles, é vista como uma possibilidade concreta de

interação com a sociedade, potencializando a sua função social que vem ao encontro da política de extensão estabelecida pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX, 2012).

Contudo, esta concepção, muitas vezes, não se materializa na prática da gestão, os gestores conhecem a política extensionista concebida pelo FORPROEX (2012), mas com relação à Política Institucional de Extensão, registram que, na Universidade, em cada mudança de gestão, há também uma descontinuidade nos programas/ações de extensão, prejudicando assim o compromisso da própria atividade de extensão com a sociedade.

A fragilidade da Política Institucional de Extensão, apontada pelos gestores, mostra o distanciamento existente na concepção de política que perpassa pelo processo da gestão. Pois, na concepção dos gestores, há um elencado de ações extensionistas na UFSC (UFSC, 2014b), muitas vezes desarticuladas entre si e não constituindo uma política institucional.

Por outro lado, esta fragilidade da concepção e constituição de uma política institucional, está também intimamente ligada ao processo de formação destes mesmos gestores, no que tange ao processo de gestão e de políticas públicas.

Quanto à Política Pública de Cultura, todos os entrevistados demonstram um certo conhecimento e consideram que o Brasil vive um novo paradigma, com políticas culturais mais duradouras, voltada ao modelo de gestão compartilhada.

Considerando a importância da cultura nos processos de desenvolvimento humano e no fortalecimento da institucionalidade democrática, no âmbito da Universidade, os entrevistados acreditam que a cultura está ligada ao ensino, pesquisa e extensão, articulando as políticas culturais com as áreas econômicas e sociais.

Por outro lado, os gestores entrevistados apontam que desconhecem que existem, na UFSC, diretrizes alinhadas à Política Pública de Cultura. Com relação à Política Institucional de Cultura, na visão dos gestores, foi evidenciado também, um distanciamento entre as normas formais existentes (UFSC, 2013a) da realidade concreta vivenciada pelos gestores, assim como foi constatado também quanto à Política Institucional de Extensão.

Neste contexto, a contradição que se evidencia neste Estudo, é que o NEA, ao mesmo tempo que é situado como prática de gestão, esta prática de gestão é negada pela carência de uma Política Institucional de Cultura e de Extensão.

Salvo melhor Juízo, a superação desta contradição perpassa pelo processo de formação dos próprios gestores. Pois entre o compromisso político como gestor e a competência técnica de ser gestor, há um longo caminho a ser percorrido que perpassa pelo processo de formação.

Neste contexto, o NEA como atividade de extensão e cultura fica a mercê do desejo da prática de gestão, desarticulado de um querer institucional, de uma política institucional.

Com base na pesquisa realizada, com vistas a potencializar ações para a manutenção e fortalecimento do NEA como uma atividade de cultura e extensão da UFSC, proponho:

- a) Proporcionar cursos de formação para os gestores, para o exercício da sua função gerencial junto a UFSC em parceria com o setor de Capacitação da Universidade ;
- b) Capacitar os gestores diante do processo de desenvolvimento das políticas públicas destinadas às universidades com vistas a compreender as políticas públicas implementadas pelo Governo Federal por meio de minicursos;
- c) Promover ações compartilhadas com vistas ao desenvolvimento institucional, entre as áreas de extensão e cultura e a área de Planejamento da Instituição; e,
- d) Promover atividades buscando uma maior interação do NEA com a comunidade universitária como oficinas, debates, reuniões e outras, tendo como tema a cultura açoriana.

Diante dos resultados obtidos no presente Estudo, almejo que as reflexões ora realizadas suscite novas discussões visando repensar o desenvolvimento das ações do Núcleo de Estudos Açorianos – NEA, no processo de desenvolvimento da atividade de extensão e cultura da UFSC pois, como mestrandia em Administração Universitária, acredito que a gestão universitária consiste num processo fundamental para o aprimoramento e fortalecimento de projetos como o NEA dentro da Instituição.

Ainda, a fim de aprofundar a compreensão acerca do processo de desenvolvimento da atividade de extensão da UFSC por meio das ações do NEA, sugiro a realização de futuros estudos a partir da visão dos gestores e sujeitos envolvidos com a Cultura Açoriana nos Municípios do Litoral Catarinense onde o NEA atua.

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Zygmunt. **Capitalismo parasitário**. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

BRASIL. **Lei nº 3.849** de 18 de dezembro de 1960. Federaliza a Universidade do Rio Grande do Norte, cria a Universidade de Santa Catarina e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 18 dez. 1960. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-3849-18-dezembro-1960-354412-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 14 jun. 2013.

_____. **Lei nº 4.759**, de 20 de agosto de 1965. Dispõe sobre a denominação e qualificação das Universidades e Escolas Técnicas Federais. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 20 ago. 1965. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4759-20-agosto-1965-368906-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 14 jun. 2013.

_____. **Decreto nº 62.937**, de 02 de julho de 1968. Dispõe sobre a instituição de grupo de trabalho para promover a reforma universitária e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 02 jul. 1968. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-62937-2-julho-1968-404810-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 14 jun. 2013.

_____. **Decreto nº 64.824**, de 15 de julho de 1969. Aprova o Plano de Reestruturação da Universidade Federal de Santa Catarina. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-64824-15-julho-1969-406147-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 8 jul.2013.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 05 de outubro de 1988. 18. ed. atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 1998.

BRASIL. Conferência Nacional de Cultura 2005 – 2006: Estado e Sociedade Construindo Políticas Públicas de Cultura, 1., Brasília, 2007a. Anais... Brasília: Novo Horizonte Comunicações Ltda, 2007.

_____. **Decreto nº 6.096**, de 24 de abril de 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI). 2007b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm> Acesso em: 20 jun. 2014.

_____. **As metas do plano nacional de cultura**. Brasília: Ministério da Cultura, 2012. Disponível em: <<http://www.fundacaocultural.ba.gov.br/colegiadossetoriais/As-Metas-do-Plano-Nacional-de-Cultura.pdf>>. Acesso em: 25 jul.2013.

_____. **PROEXT/SESu**. Ministério da Educação, 2014. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12242&Itemid=489>. Acesso em: 27 jul. 2014.

BÚRIGO, Carla Cristina Dutra. **O trabalho acadêmico do professor universitário no processo de desenvolvimento do espaço público na universidade federal**: um estudo de caso na Universidade Federal de Santa Catarina e na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2003. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação, Porto Alegre: UFRGS, 2003.

CALABRE, Lia (Org.). **Políticas culturais**: diálogo indispensável. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2005.

_____. A I Conferência Nacional de Cultura: Análises das propostas de diretrizes. In: _____. **Políticas culturais no Brasil**: história e contemporaneidade. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2010.

CHAUÍ, Marilena. A universidade hoje. In: BOSI, Alfredo et al. **Praga**: estudos marxistas n. 6. São Paulo: Editora HUCITEC, 1998.

CHAUÍ, Marilena. A universidade pública sob nova perspectiva. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, n. 24, set./dez. 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n24/n24a02.pdf>>. Acesso em: 24 jul. 2013.

CHEPTULIN, Alexandre. **A dialética materialista**: categorias e leis da dialética. São Paulo:Alfa-Omega, 1982.

ESPÍNDOLA, Heli. III Conferência Nacional de Cultura. **Notícias em Destaque**, 2013. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/noticias-destaques/-/asset_publisher/OiKX3xIR9iTn/content/iii-conferencia-nacional-de-cultura/10883>. Acesso em: 10 nov. 2014.

FARIAS, Vilson Francisco. **Dos Açores ao Brasil Meridional**: uma viagem no tempo. Florianópolis: Ed. do Autor, 1998. v.1.

FORPROEX - FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. **Plano Nacional de Extensão Universitária**. Ilhéus: Editus, 2001. Extensão Universitária, v.1.

_____. **Política Nacional de Extensão Universitária**. 2012. Disponível em: <<http://www.renex.org.br/documentos/2012-07-13-Politica-Nacional-de-Extensao.pdf>>. Acesso em: 14 de mai. 2014.

_____. **Rede Nacional de Extensão - RENEX**. 2014. Disponível em: <<http://www.renex.org.br>>. Acesso em: 18 de jul. 2014.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?**. 16. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

HEIDEMANN, Francisco G.; SALM, José F. (Org.). **Políticas públicas e desenvolvimento**: bases epistemológicas e modelos de análise. 2. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2010. cap. 1, p. 23-40.

JACOBSEN, Alessandra Linhares. A Administração e as organizações. In: _____.; CRUZ JÚNIOR, João Benjamim da; MORETTO NETO, Luís. **Administração**: introdução e teorias. Florianópolis: SeaD/UFSC, 2006.

LACERDA, Eugênio P.; ALVES, Joi Cletison. **Mapeamento do patrimônio cultural das comunidades açorianas de Santa Catarina**. Florianópolis: UFSC/NEA, 2012. Disponível em: <<http://nea.ufsc.br/artigos/artigo-joi-cletison-e-eugenio-p-lacerda/>>. Acesso em: 12 set. 2014.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura**: um conceito antropológico. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

LEAL, João. **Cultura e identidade açoriana**: o movimento açorianista em Santa Catarina. Florianópolis: Insular, 2007.

LOCH, Clesar Luis; CORREIA, Guilherme Silveira. A flexibilização do trabalho e da gestão de pessoas limitadas pela racionalidade instrumental. **RCA – Revista de Ciências da Administração**, Florianópolis, v. 6, n. 12, p. 1-25, jul./dez. 2004. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/adm/article/view/869/677>>. Acesso em: 12 set. 2014.

NECKEL, Roselane; KÜCHLER, Alita Diana C. (Org.). **UFSC 50 anos**: trajetórias e desafios. Florianópolis: UFSC, 2010.

NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel. **Políticas de extensão universitária brasileira**: 1975-1999. Belo Horizonte: UFMG/FaE, 1999.

NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel (Org.). **Extensão universitária**: diretrizes conceituais e políticas. Belo Horizonte: Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas/UFMG, 2000.

OLIVEIRA, J.F., LIBÂNEO, J.C. A educação escolar: sociedade contemporânea. **Revista Fragmentos de Cultura**, Goiânia, v. 8, n. 3, p. 597-612, 1998.

RUBIM, Antônio Albino Canelas; BARBALHO, Alexandre (Org.). **Políticas culturais no Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2007.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. Políticas culturais do Governo Lula / Gil: Desafios e enfrentamentos. In: _____; BAYARDO, Rubens (Orgs.). **Políticas culturais na Ibero-América**. Salvador: Edufba, 2008. p.51-74.

SANTOS, José Luis. **O que é cultura**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A universidade no século XXI**: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade. São Paulo: Cortez, 2011.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

_____. **Bases teórico-metodológicas da pesquisa qualitativa em ciências sociais**: ideias gerais para a elaboração de um projeto de pesquisa. v. 4. Porto Alegre: Faculdades Integradas Ritter dos Reis, 2001. 151 p. v. 4. (Cadernos de Pesquisa Ritter dos Reis).

UFSC - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. **Convênio de cooperação e intercâmbio entre a Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil, e a Universidade dos Açores, Portugal**. Florianópolis: UFSC, 1984.

_____. **Regimento interno do Núcleo de Estudos Açorianos – NEA**. Florianópolis: UFSC, 1993.

_____. **Resolução Normativa nº 03/CUn/09**, de 08 de dezembro de 2009. Dispõe sobre as normas que regulamentam as ações de extensão na Universidade Federal de Santa Catarina. 2009. Disponível em: <<http://prpe.ufsc.br/files/2009/06/003CUn2009Extensao.pdf>>. Acesso em: 04 jul. 2014.

_____. **Plano de desenvolvimento institucional 2010-2014**. Disponível em: <<http://pdi.ufsc.br/>>. Acesso em: 29 jul. 2014. Florianópolis: UFSC, 2010.

_____. **Resolução Normativa nº 28/CUn**, de 27 de novembro de 2012. Aprova o novo Regimento da Reitoria e altera o nome da Secretaria Especial de Aperfeiçoamento Institucional. 2012. Disponível em: <http://portal.reitoria.ufsc.br/files/2014/01/Regimento_Reitoria.pdf>. Acesso em: 04 jul. 2014.

_____. **Relatório de Atividades 2013**. Secretaria de Cultura da UFSC. 2013a. Disponível em: <<http://secult.ufsc.br/>>. Acesso em: 29 jul. 2014.

UFSC - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA.

Relatório de gestão. 2013b. Disponível em:

<<http://dpgi.proplan.ufsc.br/files/2013/02/Relatorio-de-Gestao-20121.pdf>>. Acesso em: 7 dez. 2013.

_____. **NEA - Núcleo de Estudos Açorianos da UFSC.** 2014a.

Disponível em: <<http://nea.ufsc.br/>>. Acesso em: 29 jul. 2014.

_____. **Pró-reitoria de extensão da UFSC.** 2014b. Disponível em:

<<http://proex.ufsc.br/atribuicoes/>>. Acesso em: 21 jul. 2014.

_____. **Câmara de extensão da UFSC.** 2014c. Disponível em:

<<http://cex.orgaosdeliberativos.ufsc.br/>>. Acesso em: 18 abr. 2014.

_____. **Secretaria de cultura da UFSC.** 2014d. Disponível em:

<<http://secult.ufsc.br/>>. Acesso em: 19 mai. 2014.

_____. **Estrutura UFSC: missão, visão e valores.** 2014e. Disponível

em: <<http://estrutura.ufsc.br/missao/>>. Acesso em: 18 abr. 2014.

_____. **Regimento interno.** Secretaria de Cultura da UFSC. 2014f.

Disponível em: <<http://secult.ufsc.br/>>. Acesso em: 13 maio 2014.

_____. **Planejamento estratégico 2014 a 2017.** Secretaria de Cultura

da UFSC. 2014g. Disponível em: <<http://secult.ufsc.br/>>. Acesso em: 13 set. 2014.

_____. **UFSC em ação:** notícias publicadas no site da UFSC em 2013.

2014h. Disponível em:

<http://blogdagestao.ufsc.br/files/2014/05/Relat%C2%A2rio_imprensa_2013_FINAL-WEB.pdf>. Acesso em: 13 set. 2014.

_____. **Campus Blumenau.** 2014i. Disponível em:

<<http://blumenau.ufsc.br/campus/>>. Acesso em: 16 nov. 2014.

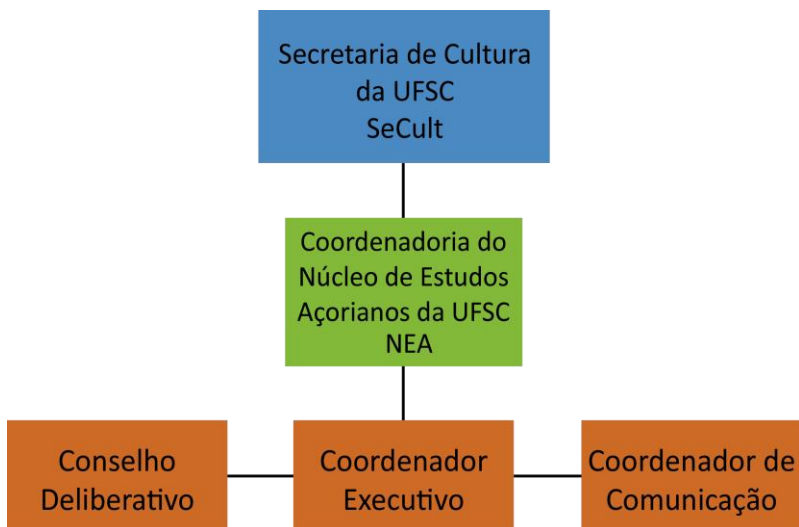
_____. **Catálogo Pergamum.** 2014j. Disponível em:

<<https://pergamum.ufsc.br/pergamum/biblioteca/index.php>>. Acesso em: 16 nov. 2014.

VAHL, Teodoro Rogério. **Desafios da administração universitária.** Florianópolis: UFSC, 1990.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Organograma do NEA



Fonte: Elaborado pela Autora.

APÊNDICE B – Instrumento de Coleta de Informações

1 – Dados de Identificação:

- a) Cargo: _____
- b) Função: _____
- c) Unidade de Lotação: _____
- d) Quanto tempo exerce a função de gestor na UFSC: _____
- e) Ingresso na UFSC: _____

2 – Quanto ao Núcleo de Estudos Açorianos (NEA) da UFSC:

- a) Você conhece as ações desenvolvidas pelo NEA? A partir do seu conhecimento sobre as ações desenvolvidas pelo NEA, comente como você percebe a sua atuação?
- b) Você conhece o processo histórico do NEA, junto a Instituição?

3 – Quanto à Política Institucional de Extensão:

- a) O que você entende por extensão universitária? Comente.
- b) Como você concebe a Política Institucional de Extensão? Comente
- c) Você concebe que a Política Institucional de Extensão, contribui para o desenvolvimento do Projeto/Ações do NEA? Comente

4 – Quanto a Política Pública de Cultura:

- a) Você conhece as diretrizes das políticas públicas de cultura?
Comente
- b) De que forma a política pública de cultura contribuí para o processo de potencialização da Política Institucional de Extensão ?

5 – Finalização:

- a) Algum comentário que você gostaria de acrescentar?

MUITO OBRIGADA!

ANEXOS

ANEXO A – Área de atuação do NEA

AREA DE ATUAÇÃO DO NEA

Localização territorial da
Cultura de Base Açoriana em
Santa Catarina.

45 Cidades

1,5 milhão de habitantes



Fonte: Foto Joi Cletison Alves (Arquivo Pessoal).

ANEXO B – Sede do NEA



Fonte: Foto Joi Cletison Alves (Arquivo Pessoal).

ANEXO C – Troféu Açorianidade



Troféu 2014 Açorianidade

Festa da Cultura Açoriana de Santa Catarina

21º AÇOR

Florianópolis/SC



A Prefeitura Municipal de Florianópolis e a Universidade Federal de Santa Catarina têm a honra de convidar Vossa Senhoria e Ilustríssima Família para a solenidade de entrega do Troféu Açorianidade – 2014 e o lançamento do 21º AÇOR – Festa da Cultura Açoriana de Santa Catarina.

Data:
8 de agosto de 2014, às 19:30 horas

Local:
Salão Paroquial da Igreja Matriz do Ribeirão da Ilha.
Rua Alberto Cavalheiro, 258
Praça Hermínio Silva.
Freguesia do Ribeirão da Ilha
Florianópolis / SC

AGRACIADOS EM 2014

Troféu Açorianidade 2014 - Ilha Terceira
Grupo Folclórico
Grupo Reis do Oriente – Içara

Troféu Açorianidade 2014 - Ilha de São Jorge
Personalidade
Celso Sandrini – Florianópolis

Troféu Açorianidade 2014 - Ilha do Pico
Mestre dos Saberes e Fazeres
Luzair Mauro Martins – Palhoça

Troféu Açorianidade 2014 - Ilha do Faial
Administração Municipal
Prefeitura Municipal de Itapema

Troféu Açorianidade 2014 - Ilha Graciosa
Pesquisador
Elza de Mello Fernandes – Içara

Troféu Açorianidade 2014 - Ilha das Flores
Artista Plástico
Marcelo Calazans Ribeiro – Florianópolis

Troféu Açorianidade 2014 - Ilha de São Miguel
Instituição de Ensino Superior ou Cultural
Irmandade Senhor do Passos – Florianópolis

Troféu Açorianidade 2014 - Ilha do Corvo
Artesão
Manoel Constante – Garopaba

Troféu Açorianidade 2014 - Ilha de Santa Catarina
Escola de Ensino Fundamental ou Médio
Escola Básica Anibal Nunes Pires – Florianópolis

Troféu Açorianidade 2014 - Especial
Grupo Folclórico Casa dos Açores de São Paulo

Troféu Açorianidade 2014 - 21º AÇOR
21ª Festa da Cultura Açoriana de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Florianópolis

Promoção



Realização



Patrocínio



Agradecimento especial ao apoio do Conselho Deliberativo do NEA
(48) 3324.1415 www.pmf.sc.gov.br/entidades/cultura
(48) 371.8505 www.nea.ufsc.br

21º AÇOR
22 a 24 de agosto de 2014
Florianópolis / SC

Fonte: Foto Joi Cletison Alves (Arquivo Pessoal).

ANEXO D – Projeto Saber Fazer



Fonte: Foto Joi Cletison Alves (Arquivo Pessoal).



Fonte: Foto Joi Cletison Alves (Arquivo Pessoal).

ANEXO E – Atividades desenvolvidas no AÇOR/NEA

Fonte: Foto Joi Cletison Alves (Arquivo Pessoal).



Fonte: Foto Joi Cletison Alves (Arquivo Pessoal).